

TEXTOS NEPO 18

*FAMÍLIA, FECUNDIDADE E AS
ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTO EM
RONDÔNIA: UM ESTUDO DE CASO*

John Marion Sydenstricker

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
AGOSTO 1990

FAMÍLIA, FECUNDIDADE E AS
ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTO EM
RONDÔNIA: UM ESTUDO DE CASO

John Marion Sydenstricker^(*)

(*) - Pesquisador do Núcleo de Estudos de População e Mestrando
junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uni
versidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP)

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAIXA POSTAL 6166 - CEP 13081 - CAMPINAS/SP.

REITOR

Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE

José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Adalberto Nono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Armando Turtelli Junior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Cesar Francisco Ciacco

DIRETORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

301.321 Sydenstricker, John Marion

S982f Família, fecundidade e as estratégias de assenta-
mento em Rondônia: um estudo de caso. Campinas,
NEPO-UNICAMP, 1990

96 p. tab. (Textos NEPO, 18)

1. Fecundidade - Rondônia. 2. Anticoncepção - Ma-
chadinho. 3. População - Machadinho. 4. Esterilização
feminina - Machadinho. I. Título. II. Série.

CDD - 301.321

INDICE

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
I. FECUNDIDADE E TERRAS - RELAÇÕES E HIPÓTESES	9
I.1. As Relações	9
I.2. Fecundidade e Terras - Evidências no Brasil ..	12
I.3. Fecundidade - A Queda no Brasil	16
I.4. Fecundidade na Amazônia - Os Padrões	18
I.5. Fecundidade em Machadinho - As Hipóteses	20
II. COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA	23
III. RONDONIA E OS MARCOS DE SUA OCUPAÇÃO	28
III.1. Aspectos Gerais	28
III.2. O INCRA e a Colonização	29
III.3. O Projeto Machadinho	34
III.4. Serviços de Saúde em Machadinho	41
IV. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE MACHADINHO	44
IV.1. Estrutura da População	44
IV.2. História Migratória	45
IV.3. Condições de Vida	58
IV.4. Famílias Nucleares	62
V. ANTICONCEPÇÃO EM MACHADINHO	65
V.1. Dados Disponíveis	65
V.2. Usuárias	66
V.3. Métodos Utilizados	71
V.4. Anticoncepção - Educação e Recursos	74
V.5. Assistência à Mulher	75
V.6. Esterilização - Razões Alegadas	82
V.7. Esterilização - Local e Condições	84
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
BIBLIOGRAFIA	93

FAMÍLIA, FECUNDIDADE E AS ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTO

EM RONDÔNIA: UM ESTUDO DE CASO

John Marion Sydenstricker

RESUMO

Este trabalho tem um caráter exploratório. Analisa o controle da fecundidade em uma região de fronteira: Projeto de Assentamento Machadinho implantado pelo INCRA em Rondônia. Apesar de Machadinho reunir elementos que tradicionalmente têm sido apontados como propiciadores de uma alta fecundidade, o seu controle tem seguido o padrão nacional: concentração nos chamados métodos modernos com predomínio para a esterilização. O estudo da anticoncepção é enquadrado dentro da problemática mais ampla da ocupação de Rondônia. Verifica-se que a anticoncepção não compõe mais um elemento da emaranhada e complexa rede de relações do que convencionou-se chamar de "estratégias de sobrevivência". O controle da fecundidade não representa uma efetiva perspectiva no equacionamento das contradições existentes. Pelo contrário, os meios e as condições sob as quais tem se dado na fronteira, possivelmente tem contribuído ainda mais para a queda da qualidade de vida de uma população já tão marginalizada.

ABSTRACT

This work has an exploratory character. It analyses fertility control in a frontier region: Machadinho Settlement Project sponsored by INCRA in Rondônia, Brazil. Machadinho brings together elements that traditionally have been pointed out as stimuli of high fertility. Nevertheless, fertility control occurs following the national pattern: concentration of the so-called modern methods with predominance of sterilization. The analysis of fertility control is put into the frame of the global process of occupation of Rondônia. Fertility control does not constitute an element of the complex, interwoven web of relations and determinations that integrate what has usually been called "survival strategies." Fertility control does not represent an effective perspective of overcoming existent contradictions. On the contrary, the means and conditions under which fertility control occurs in frontier regions might possibly contribute even more to the decrease of living standards of a population already driven to poverty levels.

FAMÍLIA, FECUNDIDADE E AS ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTO EM RONDONIA: UM ESTUDO DE CASO *

John Marion Sydenstricker

INTRODUÇÃO

A ocupação da Amazônia tem chamado a atenção de cientistas de diversas áreas. Nas diferentes disciplinas das ciências humanas, a temática tem sido abordada sob diversos enfoques, revelando sua complexidade. Na área específica dos estudos de população, especialistas têm se voltado para compreender a dinâmica populacional e suas inter-relações com os demais elementos dos processos sociais em curso. As várias obras sobre a questão amazônica, publicadas no país e no exterior, não deixam dúvidas quanto à sua importância.

Este trabalho examina aspectos ligados à fecundidade e seu controle em uma área de fronteira na região Amazônica, Projeto de Assentamento Machadinho, no Estado de Rondônia. O estudo tem um caráter exploratório, procurando levantar os elementos propiciadores do uso de anticoncepcionais, numa região com elementos classicamente reconhecidos como estimuladores de uma alta fecundidade.

A escolha de Rondônia, e particularmente de Machadinho,

* Esta pesquisa foi financiada pelo "Special Program of Research, Development, and Research Training in Human Reproduction, World Health Organization".

justifica-se plenamente. Rondônia, a partir de meados da década de setenta e durante os anos oitenta, foi, em termos relativos, o estado de maior atração de contingentes migratórios do país. Ficou nacionalmente conhecido pelos numerosos e vastos projetos de colonização, implantados quase integralmente pelo governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Projeto de Assentamento Machadinho (Machadinho) é o maior empreendimento de colonização realizado em Rondônia na década de oitenta. Integra o Programa de Colonização de Novas Áreas, etapa do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), programa este que estabeleceu as diretrizes de desenvolvimento da região nos últimos dez anos. Machadinho representa, em muitos aspectos, um avanço na concepção dos projetos de colonização até então implantados. Constituiu uma tentativa de superação de entraves surgidos em áreas ocupadas anteriormente.

Neste trabalho foram utilizados dados de diversas fontes. Nenhuma delas, por si só, responde à questão examinada. Porém, o aproveitamento das informações, da forma com se fez, mostrou-se consistente. Permitiu uma melhor e mais completa abordagem da temática, integrando enfoques de diferentes disciplinas.

Os dados deste trabalho provêm de três fontes:

- 1) Pesquisa "Malária na Fronteira Amazônica: aspectos econômicos e sociais de transmissão e controle" (1985-87), reali-

zada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [1] No levantamento de 1986 aplicaram-se 719 questionários no Projeto Machadinho, dos quais 591 na área rural (glebas 1 e 2) e 128 no núcleo urbano. Numa amostra aleatória de 22% dos questionários aplicados na área rural, foi acrescido um suplemento, aprofundando alguns temas entre os quais, família (incluindo fecundidade e anticoncepção). A escolha aleatória das linhas ou trechos de linha [2] que compuseram a amostra foi probabilística, sendo baseada na proporção do número de lotes e de numa estimativa do seu grau de ocupação. O confronto dos dados da amostra com os do universo revelou uma representatividade muito grande para a maioria dos quesitos.

2) Levantamento realizado no período de março a novembro de 1986, com a residência do autor na área de pesquisa. Baseado em resultados parciais do primeiro levantamento do CEDEPLAR, conduzido em julho de 1985 nas glebas 1 e 2, cobrindo 76% dos lotes e 87% da população destas glebas, uma amostra inicial de 75 famílias foi selecionada. Após os primeiros contatos no campo, 24 delas foram consideradas de especial interesse para as questões propostas. Dessas 24 famílias, 15 possibilitaram

1] Para o presente trabalho só foram utilizados dados do levantamento de 1986.

2] Linha é o nome dado às estradas internas de um projeto de colonização. No caso do Projeto Machadinho, a malha viária era estruturada em linhas coletoras (MC - eixos principais), alimentadoras (MA - linhas secundárias) e de penetração (MP - linhas terciárias).

um acompanhamento mais próximo. Foram entrevistadas periodicamente com um contato, em média, a cada 20 dias. Entre as demais famílias, ou as entrevistas foram realizadas em intervalos mais longos, ou somente alguns temas mereceram atenção. Privilegiando uma abordagem antropológica calcada em entrevistas abertas e em profundidade, cinco temas centrais foram examinados: família, economia doméstica, produção, história migratória e fecundidade. Neste último tema priorizaram-se a história gestacional da mulher, as relações entre o seu comportamento reprodutivo e a participação da mulher na força de trabalho e as condições de saúde e atendimento à mulher;

3) Resultados preliminares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-86), conduzida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). O suplemento da PNAD-86 foi sobre a anticoncepção. Os dados da região Norte do país são coletados somente nas áreas urbanas mais representativas. Em Rondônia, foram aplicados 542 questionários em cinco municípios. Até o final de 1989 não haviam sido publicados os dados definitivos para Rondônia.

A fim de garantir a privacidade das pessoas entrevistadas, informações e dados secundários que não comprometiam os depoimentos, foram deliberadamente omitidos ou modificados.

Este trabalho está assim estruturado:

Na Parte I, resenha-se a bibliografia sobre as relações entre fecundidade e terras. Examinam-se trabalhos sobre o Brasil, levantando-se ao final algumas hipóteses.

A Parte II apresenta um quadro sucinto do contexto que propicia a migração para a fronteira, retendo-se nos condicionantes globais.

A Parte III é dedicada à ocupação de Rondônia, destacando-se as principais características desse processo. Informações do Projeto Machadinho são fornecidas com destaque para os serviços de saúde.

A Parte IV reúne informações para uma caracterização da população de Machadinho: sua estrutura, história migratória, condições de vida e a predominância de famílias nucleares.

A Parte V trata da anticoncepção em Machadinho. Refere-se inicialmente aos dados disponíveis, detendo-se em seguida em cinco tópicos: usuárias, métodos utilizados, as relações da anticoncepção com educação e recursos financeiros, assistência específica à saúde da mulher e as razões, local e condições em que se dá a esterilização, método mais difundido. Neste item, as informações de Machadinho são confrontadas com dados preliminares da PNAD-86.

A Parte VI sumariza os pontos examinados, apontando as perplexidades vivenciadas pela família na fronteira, especialmente quanto ao seu comportamento reprodutivo.

Agradeço os comentários e sugestões de Daniel Hogan, Elza Berquó, Donald Sawyer, Diana Sawyer e a exaustiva discussão com Haroldo da Gama Torres. A Daura Vianna, um agradecimento especial pela revisão do texto.

I. FECUNDIDADE E TERRAS - RELAÇÕES E HIPÓTESES

I.1. As Relações

As relações entre fecundidade e terra constituem uma abordagem clássica nos campos da demografia e dos estudos de população. No entanto, os trabalhos existentes privilegiam apenas alguns aspectos da temática. Também, do ponto de vista geográfico, há um desequilíbrio acentuado, priorizando alguns contextos como áreas de pesquisa.

Um levantamento do estado das artes [3] revelou que há uma grande concentração de estudos, com uma perspectiva histórica, sobre a Europa, os Estados Unidos e o Canadá. Análises sobre países do terceiro mundo, em número bem inferior, em geral não têm como questão central, as relações entre terra e fecundidade. Esta relação é inferida indiretamente, já que a terra constitui uma variável entre outras. Ao lado disso, estudos muito localizados ou desproporcionalmente distribuídos pelos países subdesenvolvidos impedem uma síntese que dê conta, a um só tempo, de tendências mais gerais e especificidades regionais.

Como apontam os autores, a literatura que procurou responder se e como a fecundidade respondia às mudanças na relação homem-terra, deteve-se essencialmente no enfoque sobre a quantidade/disponibilidade. Abordagens, examinando a terra sob o ponto de vista dos padrões institucionais ao seu acesso

3] STOKES, C. Shannon, SCHUTJER, Wayne A., MCCOY, Terry L. & WOOD, Charles H. (sd) Rural Development, Land and Fertility: A State of the Arts Paper.

(sistemas de herança, regimes jurídicos e padrões de distribuição e arrendamento), e da qualidade (recursos naturais e processos de trabalho) são exíguas, ou mesmo inexistentes.

A disponibilidade de terras tem sido examinada predominantemente sob dois enfoques. No primeiro, considera-se o número de unidades ou parcelas disponíveis para assentamento e no segundo, o tamanho dessas parcelas.

De maneira geral, os estudos sobre a Europa, os Estados Unidos e o Canadá têm, como pano de fundo, a Teoria da Transição. Para os dois últimos contextos, priorizou-se o enfoque sobre a existência ou não de novas áreas. A disponibilidade de novas unidades tenderia a estimular uniões precoces e em maior proporção, e uma fecundidade marital mais elevada.

Trabalhos sobre o terceiro mundo concentraram-se mais nas relações entre fecundidade e tamanho das propriedades. Mudanças no tamanho da área explorada, alterariam a demanda por crianças e seu trabalho. Nestes estudos, as implicações sobre a fecundidade não são tão claras. Isto indicaria as variações bastante acentuadas na estrutura sócio-econômica entre regiões consolidadas e em processo de ocupação, a complexidade da estrutura fundiária e a diversidade dos regimes de trabalho no campo. Neste contexto, as relações entre disponibilidade de terras e fecundidade não estariam imunes a interferências de outros fatores, em parte inoperantes em situações mais homogêneas.

A partir de trabalhos sobre os Estados Unidos, procurou-

se compreender a situação encontrada em países do terceiro mundo e seus possíveis desdobramentos. Esse paralelismo foi estimulado pelos seguintes elementos: 1) A fecundidade nos Estados Unidos no início do século XIX, registrava níveis bem superiores aos da Europa; 2) Os dados disponíveis sugerem que o declínio da fecundidade nos EUA teria começado pelo menos no início do século XIX, aproximadamente 50 a 75 anos antes de ocorrer na Europa, com exceção da França e Irlanda; 3) Esse declínio iniciou-se bem antes das grandes mudanças advindas com a urbanização e industrialização.[4]

Os trabalhos sobre os EUA, e posteriormente os que se detiveram em países do terceiro mundo, têm como ponto de partida o trabalho pioneiro de Yasuba.[5] Examinando os níveis de fecundidade na primeira metade do século XIX, para os estados americanos, concluiu que:

"a extensão de terras utilizadas em áreas ocupadas, ou a possibilidade de acesso fácil a terras próximas, pode ter sido um determinante importante do nível da fecundidade ao longo do período de 1800-1860, particularmente nas suas primeiras décadas".[6]

Tucker & Forster, retomando a esteira de Yasuba, refinaram suas medidas de disponibilidade de terras e fecundidade.

4] STOKES, C.S. et al. (sd): 6 e 7.

5] YASUBA, Yasukishi (1962) Birth Rates of the White Population in the United States, 1800-1860. Baltimore, John Hopkins Press.

6] FORSTER, Colin & TUCKER, G.S.L. (1972) Economic Opportunity and White American Fertility Ratios 1800-1860. New Haven, Yale University Press: 7.

Ao lado disto, compararam regiões dos estados de Virginia e New York, tomando como unidade de análise áreas menores. Os resultados obtidos confirmaram as evidências de Yasuba.

I.2. Fecundidade e Terras - Evidências no Brasil

Entre os trabalhos sobre as relações entre terra e fecundidade no Brasil, dois autores se destacam: Merrick [7], que estudou regiões de ocupação consolidada e de fronteira, e Almeida [8], que se deteve em dois contextos do Nordeste.

Merrick tem, como ponto de partida, o trabalho de Easterlin [9] sobre o caso americano, onde verificou estreitos vínculos entre disponibilidade de terras e mudanças demográficas. Easterlin concluiu que o declínio nas taxas de fecundidade rural, estava relacionado à disponibilidade diferencial de terras da fronteira (relativa abundância de terras a baixo custo) e de regiões densamente ocupadas (capacidade restrita para expansão agrícola). Esse limite é estabelecido por: escassez de terra, maior intensidade no uso do solo, valorização das terras com ascensão nos preços de comercialização e melhorias na infra-estrutura, tais como a construção

7] MERRICK, Thomas W. (1978) "Fertility and Land Availability in Rural Brazil." *Demography* 15(3):321-336.

8] ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de (1977) "Parceria e Tamanho da Família no Nordeste Brasileiro." *Pesquisa e Planejamento Econômico* 7(2):291-331.

9] EASTERLIN, Richard A. (1976) "Population Change and Farm Settlement in Northern United States." *The Journal of Economic History*. 36:45-75. Merrick também menciona outros trabalhos posteriores do autor na mesma linha.

de estradas e a formação de núcleos urbanos próximos. Em resposta a estas pressões, o êxodo rural se estabelece. Seguindo esta linha de raciocínio, Merrick, com base nos dados do Censo de 1970, estudou 155 microrregiões homogêneas de seis estados. Ao final, privilegiou duas regiões do país: o Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), uma área de fronteira, e o Paraná, estado já ocupado. A partir deste estudo, o autor concluiu que a maior disponibilidade de terras e o acesso a elas tiveram uma influência positiva sobre a fecundidade. Isto mostrou-se verdadeiro para quatro das cinco hipóteses levantadas inicialmente. As hipóteses que se confirmaram são as seguintes: 1) A escassez de terras tem uma relação negativa com a fecundidade marital; 2) Níveis mais elevados de fecundidade são esperados em regiões caracterizadas pela produção de subsistência, isto é, regiões com menores vínculos com a economia de mercado e influências "modernizadoras"; 3) A escolaridade tem um efeito negativo sobre a fecundidade, pela influência na mudança do "status" da mulher, aspirações futuras para os filhos e conhecimentos sobre os métodos de controle da natalidade, e 4) A queda nos níveis de mortalidade infantil tem um efeito negativo sobre a fecundidade.[10]

De uma forma geral, as duas primeiras hipóteses seriam mais consistentes para mulheres mais velhas, enquanto a terceira teria um peso maior sobre as mais jovens.

10] MERRICK, T.W. (1978):331-332.

Segundo o autor, o caso brasileiro é uma situação distinta da encontrada por Easterlin. O quadro é mais complexo, em decorrência dos diferenciais muito grandes quanto à mortalidade infantil, os níveis de escolaridade e os contextos sócio-econômicos entre as regiões de fronteira e as áreas mais ocupadas. A estrutura fundiária do Brasil revela a coexistência de pequenas propriedades firmadas nas culturas de subsistência, a permanência do latifúndio e o avanço do complexo agro-industrial, levando à progressiva proletarização de parcelas da população rural.

Em decorrência disto, na sua visão, a interação de fatos e/ou as modificações, tais como a expansão do acesso à educação formal, políticas públicas com referência ao acesso de populações rurais à propriedade e uso do solo, talvez tragam mudanças relevantes num sentido mais amplo. Devido às precárias condições de vida na fronteira, estes elementos poderão exercer uma influência no declínio da fecundidade nas áreas rurais, mais do que simplesmente a abundância de terras.

Almeida analisa a fecundidade de três grupos: parceiros, pequenos produtores e posseiros, em duas áreas do Nordeste. Constata que, de forma geral, o custo dos filhos não é medido em termos monetários, mas principalmente em relação ao tempo que a família a eles destina. Sendo as oportunidades de trabalho muito restritas, o custo-tempo é baixo, pois o cuidado com os filhos não compete com atividades remuneradas. Quanto à satisfação e benefício expressos pelos filhos, manifestam-

se no campo emocional, na renda que se espera que auferam, motivo trabalho, e nas perspectivas de sustento e amparo na velhice, motivo pensão.

A pesquisa constatou que o comportamento da fecundidade pode ser o resultado de decisões deliberadas e racionais. Os filhos representam custos e benefícios diferenciados, o que levaria a uma fecundidade alta entre parceiros. Enquanto isso, pequenos proprietários e mais ainda posseiros, teriam poucos filhos.

A possível vinculação entre parceria e alta fecundidade, é um dos elementos reveladores do acordo institucional, que regula um conjunto específico de relações entre parceiros e donos da terra. Para os lavradores, a parceria significa o acesso à terra e condições de vida, principalmente alimentos e crédito mais fácil e barato, que não têm sistematicamente. A família grande exerce uma influência direta sobre o quantum de terras e créditos concedidos. Para os proprietários, garante o acesso e a permanência da força de trabalho, seu direcionamento para culturas comerciais, o uso de terras muitas vezes subutilizadas e rendimentos futuros com o pagamento das dívidas em espécie.

A curto prazo, a parceria incentivaria o aumento da contribuição familiar de trabalho e a especialização em safras comerciais. A longo prazo, estimularia aparentemente o aumento da família, em decorrência da redução de custos e ampliação de benefícios para ambos, parceiros e proprietários.

I.3. Fecundidade - A Queda no País

A transição na fecundidade verificada nas últimas décadas no Brasil, é um fato aceito pelos profissionais da área. Fernandez e Carvalho [11] mostraram que a queda de 26% na taxa de fecundidade total (TFT) ocorrida na década de setenta no Brasil, já havia se iniciado antes. Para o país como um todo, essa queda foi acompanhada por uma mudança no padrão geral da estrutura da fecundidade. A participação das mulheres jovens (até 30 anos) cresceu, com predominância do grupo de 15-24 anos. Isso reflete o controle da fecundidade pela utilização de métodos anticoncepcionais, como também evidencia o grande aumento de gravidez na adolescência.

De um ponto de vista global, a queda da fecundidade foi interpretada como decorrência de uma desestabilização de seus níveis, ocorrida pela conjugação de dois fatores: um estrutural, a intensificação do processo de proletarização, e outro cíclico, a queda do padrão de vida de amplos segmentos da população.[12]

A proletarização teria elevado a subsistência da família, implicando uma sujeição aos preços de mercado e uma ampliação da pauta de consumo. O mercado de trabalho, muito

11] FERNANDEZ, Rogelio E. e CARVALHO, José Alberto M. (1986) "A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979". Revista Brasileira de Estudos de População 3(2):67-86.

12] CARVALHO, José Alberto M., PAIVA, Paulo T. Almeida e SAWYER, Donald R. (1981) "A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretações". Monografia 12. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

marcado até então pela mão-de-obra familiar (exemplos históricos seriam o colonato e a mão-de-obra açucareira do Nordeste), passa a ser individualizado. Isto implica em oportunidades distintas e formas diversas de nele inserir-se.[13]

Quanto à queda do padrão de vida, foi assim sintetizada:

"Do ponto de vista agregado pode-se talvez afirmar que no período compreendido entre 1965 e 1975, o Brasil experimentou uma queda do crescimento da produção de alimentos destinada ao consumo interno e um aumento dos preços relativos. Ao mesmo tempo, entre 1964 e 1972, houve queda do salário mínimo real... a despeito da concentração de renda individual em 1970, as famílias mantiveram suas posições relativas, através do aumento do volume de trabalho assalariado, especialmente com a entrada, no merca-

do de trabalho, de outros membros da família".[14]

No período de 1980-84, para o Brasil, o número médio de filhos por mulher passou de 4,3 para 3,5, representando uma queda de 19% na TFT. Como demonstrou Berquó [15], a presença da esterilização e dos métodos hormonais responde, em grande medida, pela intensidade desta queda.

13] PAIVA, Paulo T. Almeida (1984) "The process of proletarianization and fertility transition in Brazil". Texto para Discussão 15. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

14] CARVALHO, José Alberto M., PAIVA, Paulo T. de Almeida e SAWYER, Donald R. (1981) "A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretações." Monografia 12. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG: 54 e 49. Segundo publicação utilizada pelos autores, os Índices de Concentração de Renda de Gini para o Brasil com base no Censo de 1970 e PNAD-76 apresentam os seguintes valores: concentração individual aumentou de 0,562 (dados de 1970) para 0,589 (1976); concentração familiar decaiu de 0,564 (1970) para 0,561 (1976).

15] BERQUÓ, Elza (1989) "A Esterilização Feminina no Brasil Hoje". Encontro Internacional Saúde da Mulher: um direito a ser conquistado promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM. Brasília.

1.4. Fecundidade na Amazônia - Os Padrões

Na região Norte a fecundidade foi ascendente até o final da década de sessenta, ficando à frente das demais regiões do país, com o maior nível de TFT (7,26 filhos). [16] A comparação com os dados de oitenta revela uma queda generalizada. Na região Norte (população total) a queda da TFT foi de 16%, passando de 7,26 para 6,12 filhos por mulher. No contexto urbano a queda foi de 18% (6,22 para 5,13) e no rural de 13% (8,57 para 7,42).

Para os estados da região, Sawyer [17] apresenta os níveis da fecundidade para o período 1950-1970, enquanto Carvalho e Pinheiro [18] para 1975/80. Os dados destes dois trabalhos mostram valores acima dos de Fernandez e Carvalho [19], mas revelam as mesmas tendências e relações entre as

16] TFT calculada através de média móvel de três anos pelo método de filhos próprios. Cálculos para o Brasil revelam para o mesmo período uma TFT de 4,15 filhos por mulher. Na área rural a TFT é de 5,90 e na urbana 3,52. Cf. FERNANDEZ, R.E. e CARVALHO, J.A.M. (1986):83.

17] SAWYER Donald R. (1981) "Fecundidade e mortalidade na Amazônia: notas sobre as estimativas e interpretações". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Águas de São Pedro, Vol.1:113-183.

18] CARVALHO, José Alberto M. e PINHEIRO, Silvia de Menezes Gama (1986) Fecundidade e Mortalidade no Brasil. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG:6-8.

19] FERNANDEZ, R.E. e CARVALHO, J.A.M. (1986).

regiões do país.[20]

Comparando-se os dados da fecundidade do início e final da década de setenta, nota-se que, a nível de estado e para a área rural, Rondônia apresentou um comportamento intermediário frente aos demais estados da região. Quanto à urbana, registrou os patamares mais elevados nos dois momentos. A queda dos níveis da TFT para o estado como um todo, durante a década, apresentou uma das mais elevadas taxas entre os estados, chegando a 29%. Para o contexto urbano atingiu 33%, o mais acentuado declínio entre as áreas urbanas. Para o rural foi de 24%, ficando atrás somente do estado de Roraima.

No trabalho acima citado, Sawyer levantou algumas hipóteses que explicassem os seguintes pontos: 1) O elevado nível de fecundidade da região Norte registrado no Censo de 1970 (o maior das regiões do país) e 2) A grande variação das taxas entre as unidades que a compõem (6,44 a 10,52). Questionando a consistência dos dados censitários, o autor sugere os seguintes pontos: 1) Qualidade provavelmente diferenciada da cobertura; 2) Invasão e evasão de mulheres de algumas faixas etárias, devido a erros na declaração de idade; 3) Fecundidade diferencial dos migrantes, acarretando uma elevação nas taxas; 4) Variação no período de lactação; 5) Exposição di-

20] Para 1970, Sawyer aponta uma TFT (população total) de 7,87 filhos por mulher; para a área urbana é 6,66 e na rural é 8,95. Para 1980, os cálculos de Carvalho e Pinheiro indicam uma TFT (população total) de 6,43 filhos por mulher, 5,25 para a área urbana e 7,99 para a área rural. Cf. SAWYER, D.R. (1981):120 e CARVALHO, J.A.M. e PINHEIRO, S.M.G. (1986).

ferencial ao risco de concepção, devido a mudanças nas práticas sexuais e tendência a uma vida mais sedentária.

1.5. Fecundidade em Machadinho - As Hipóteses

Machadinho reúne elementos tradicionalmente vistos como propiciadores de uma alta fecundidade. Como será mostrado adiante, há um elevado número de pessoas unidas, baixa escolaridade, trabalho na área rural e acesso à terra própria.

No entanto, a ocupação de Machadinho ocorre no período em que se verifica, para o país como um todo, uma transição na fecundidade muito acentuada. Mais do que isso, grande parte da população de Machadinho veio das regiões Sul e Sudeste, que apresentavam níveis de fecundidade bem abaixo dos de Rondônia e que estavam em queda. Nestas regiões, as mulheres já se valiam de práticas contraceptivas, concentrando-se nos métodos modernos.[21]

Os estudos agrários voltados para a pequena produção familiar, enfatizam a importância do grupo doméstico na ga-

21] As Regiões Sudeste e Sul juntas representavam a residência anterior à mudança para Rondônia de 68,8% dos chefes de domicílio morando em Machadinho em 1986. São Paulo contribuiu com 11,4% do total de chefes e o Paraná com 43,4%. Como mostra Berquó, em São Paulo em 1986, entre as mulheres unidas de 15 a 54 anos de idade que controlavam sua fecundidade, 38,4% estavam esterilizadas e 39,4% valiam-se de métodos hormonais. Para o Paraná, estes valores são 42,8% para a esterilização e 45,5% para a pílula. Cf. BERQUÓ, E. (1989):2.

rantia de sua reprodução.[22] Apesar da complexidade das relações entre seus membros, que entrelaçam solidariedade e coerção, tamanho e momento do ciclo vital têm sido encarados como elementos significativos para o estabelecimento das estratégias de ação. Esses elementos ganham ainda mais sentido nas áreas de fronteira, onde as práticas agrícolas muito rudimentares e a descapitalização dos lavradores leva-os a dependerem quase que exclusivamente das próprias forças.

Dentro deste quadro, instala-se uma contradição básica. Se por um lado, a necessidade de filhos mostra-se importante para a sobrevivência, por outro, um número grande deles implica na recorrente ampliação das terras. Assim, a garantia da sobrevivência só estaria dada através de uma constante expansão das terras cultivadas. Mesmo em áreas de fronteira como a amazônica, essa expansão encontra seus limites com uma certa rapidez. Isso ocorre em função do volume de migrantes que a ela se dirigem e das condições de produção.

Sendo as adversidades da fronteira bastante grandes, elas poderiam, em parte, contrabalançar as condições propiciadoras de uma alta fecundidade. Assim, pelo menos nos primeiros momentos após o assentamento, a família talvez vivesse

22] Entre os vários trabalhos existentes pode-se citar o clássico CHAYANDOV, A. (1974) *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision e entre os brasileiros: SANTOS, José Vicente Tavares dos (1984) *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec e GARCIA JR, Afrânio (1983) *Terra de Trabalho, trabalho familiar de pequenos agricultores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

num contexto que reforçasse a continuidade das práticas contraceptivas já assumidas antes da ida para Rondônia, e particularmente para Machadinho. Neste caso, verificar-se-ia a concentração nos chamados métodos modernos, largamente utilizados nas áreas de residência anterior (centro-sul do país) dos migrantes que chegam a Rondônia.

Dentro deste quadro, a perplexidade instaurar-se-ia entre os casais vivendo na fronteira, relativizando as condições assumidas como propiciadoras da alta fecundidade. O controle da fecundidade poderia, em parte, ser encarado como mais um elemento a compor a emaranhada e complexa rede de relações e determinações que compõe o que se convencionou chamar de "estratégias de sobrevivência". Refletiria, até certo ponto, a própria opção dos casais e mais especificamente das mulheres, e não tanto uma aceitação quase que imposta de novos comportamentos reprodutivos.

Entretanto, as formas e condições em que o controle da fecundidade estaria ocorrendo na fronteira, poderiam contribuir ainda mais para a queda da qualidade de vida de uma população já tão marginalizada. Portanto, o controle da fecundidade não comporia, ao lado de outros elementos, perspectivas efetivas no equacionamento da contradição acima apontada.

II. COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA

Coerções econômicas, políticas e ideológicas sofridas por contingentes populacionais em suas regiões de origem, têm fomentado a migração para a fronteira. Destacam-se a miséria no Nordeste, a concentração de terras em grandes latifúndios em diversas regiões do país, a mecanização das lavouras no Sul/Sudeste, a expansão da agroindústria, a construção de grandes obras (hidrelétricas principalmente) em locais até então ocupados pela pequena propriedade. Os incentivos do Estado aplicados em diversos campos, também estimularam esses deslocamentos, como forma de aliviar tensões sociais em áreas mais desenvolvidas e povoadas do país.

Neste contexto, muitas vezes a saída da região de origem reveste-se de um caráter de fuga. Mas segundo Velho, a presença de "fatores de repulsão" como os acima descritos é em geral crônica e não aguda, havendo por trás das determinações gerais, mecanismos complexos de tomada de decisão.[23] Os motivos que redundam em uma mudança são múltiplos e os arranjos que se dão podem assumir efeitos diferentes, quer pela diversidade pessoal, circunstancial ou na maneira como o agente se vê e se coloca dentro do processo. O contexto macro não pode ser negado. No entanto, por si só pouco explica, limitando-se a uma visão simplificada e generalizada da questão. Portanto, é necessário o resgate dos agentes, enquanto seres so-

233 VELHO, Otávio Guilherme (1984) "Por que se migra na Amazônia". Ciência Hoje 2(10):34-39.

ciais e culturais, nos processos globais.

Os depoimentos de migrantes frequentemente têm expressões de perda que extrapolam o campo estritamente econômico, revelando a desorientação do agricultor frente a novos contextos que acabam por desestruturar o seu universo. É o confronto com a dinâmica intensa e rápida de "padrões atrelados à forma de desenvolvimento do capitalismo no campo, impondo-se de forma violenta à vida e ao universo das significações culturais dos lavradores".[24]

Desta forma, e em muitos casos ganhando muita força, os migrantes passaram a formular projetos de vida em que a reprodução social camponesa pudesse ser feita em outras bases. Antes de tudo é a busca de uma condição social perdida ou alcançada pelos antepassados, mas não mais vislumbrada como factível, o que caracteriza a corrida para a fronteira, particularmente Rondônia.[25]

As noções de fazer futuro/refazer a vida garantem a princípio, ainda que minimamente, uma identidade comum aos migrantes, encobrendo as diferenciações de classe. Nesse sentido, é significativo o depoimento de um parceleiro em uma

24] GUIMARÃES NETO, Regina B. (1986) A Lenda do Ouro Verde. Campinas, dissertação de mestrado IFCH-UNICAMP:13.

25] ABRAMOVAY em estudo sobre a ocupação do sudoeste paranaense (1940-70), mostrou de maneira muito clara que o movimento migratório estava embuido não só de um elemento econômico, mas de uma "unidade espiritual", caracterizada acima de tudo pela busca. Essa busca concretizava-se na aquisição da propriedade. Cf. ABRAMOVAY, Ricardo (1981) Transformações na Vida Camponesa, o Sudoeste do Paraná. São Paulo, dissertação de mestrado FFLCH-USP.

área de colonização recente:

"aqui no Machadinho ninguém é rico de verdade; todo mundo tá tentando, conforme sua idéia e do seu modo, fazer o futuro que não deu no sul..."[26]

Não ser "rico de verdade" é o que unifica migrantes com histórias tão distintas, distantes e até contrastantes. Para todos, o "sonho da fronteira" materializa-se com a propriedade, a aquisição de um pedaço de chão no qual se possa trabalhar para si, deixando para trás a condição de subordinação do "despropriedade" e/ou empregado.

A homogeneidade rapidamente se mostrará não mais que aparente, revelando que a confluência de variados fatores engendrará uma viabilidade diferenciada quanto à concretização do "ideal migrante". Considerando-se a precariedade e as carências que atingem todos os setores da região, pode-se mesmo afirmar que a fixação é mais do que o resultado de uma estratégia de vida: é fruto de "estratégias de assalto".

Assalta-se a região e seus habitantes das mais diferentes formas. São negociatas com terras, favorecimento através de agências governamentais, manipulação e acesso a informações ou utilização de créditos bancários para fins diversos aos contratados. São práticas presentes em todas as classes,

26] Depoimento de lavrador do Projeto de Assentamento Machadinho ao autor, Rondônia, julho de 1987. IANNI menciona que os migrantes, ao chegarem à região de fronteira, são chamados em geral de pioneiros, idéia à qual se apegam e difundem. "Pensam que estão criando uma nova sociedade, que isso os iguala e harmoniza. Há um pouco do mito da sociedade sem classes ...". IANNI, Octavio (1979) Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis, Editora Vozes:14.

e realizadas dentro dos contextos e limites de cada agente. Um depoimento é ilustrativo:

Um trabalhador entrevistado, atribuía certa consolidação, como pequeno produtor com alguma capitalização, à forma criativa como trabalhava. Como relatou, pouco antes das chuvas do final de 1985, ficou sabendo em conversa informal com um técnico do INCRA de uma terra de boa qualidade próxima ao seu lote. A terra havia sido desmatada e queimada mas, por problemas de acesso precário e litígio quanto à posse, não seria plantada. Com informações suficientes para localizá-la e valendo-se de sementes que já possuía e algumas mais conseguidas por empréstimo, plantou a área toda com arroz. Não temia qualquer ação do INCRA pois, com a entrada das chuvas, as inspeções só ocorreriam a partir de março. Nesta época o arroz já estaria colhido, faltando apenas ensacar. Sendo o primeiro plantio e em terras mais férteis, colheu uma base de 300 sacas. A produtividade, pelos seus cálculos, foi superior à encontrada na região.

Para o seu lote, o entrevistado conseguiu um financiamento de custeio (juros subsidiados) no banco estadual para plantio de culturas anuais. Somente uma pequena área foi semeada, prevenindo ante uma eventual visita do fiscal do banco. Grande parte dos recursos foi gasta com a compra de duas porcas e alguns leitões, ficando o restante para compra de alimentos. Um mês antes do pagamento do empréstimo bancário, já possuía mais de 40 cabeças, incluindo leitões e filhotes.

Pelos preços de mercado, com a venda de apenas três porcos adultos castrados conseguiria quitar suas dívidas. O entrevistado concluía que:

"aplicando o dinheiro do banco neste lote de terra fraca [seu lote] tinha atrapalhado toda vida. Ia ficá devendo como muitos.... arroz nestas terras não dá dinheiro....mais eu já tinha muita lavoura branca na terra alheia....agora, criação, essa dá bom [dinheiro]....mas não conta pro povo não. Isso é coisa da cabeça do velho aqui. Rondônia dá muito futuro pros fracos." [27]

Resumindo, o projeto de autonomia pode ser detectado de maneira inequívoca. No entanto, ele se mostrará extremamente contraditório, como ver-se-á adiante. Configura-se um nomadismo que, na região Norte, é fruto das condições de produção não projetadas, dos efeitos abusivos da modernização e das amarras do crédito rural. [28]

27] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

28] SANTOS, José Vicente Tavares dos (1987) "Matuchos: o processo da colonização agrícola". XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) Grupo de Trabalho Estado e Agricultura. Águas de São Pedro:10.

III. RONDONIA E OS MARCOS DE SUA OCUPAÇÃO

III.1. Aspectos Gerais

O Estado de Rondônia ocupa uma área de 243.044 km² no noroeste do Brasil. Faz fronteira interna com os Estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso e, internacional, com a Bolívia. Ocupa pouco menos de 3% do território brasileiro e 6,8% da região Norte.

Até o final do século XIX apenas algumas missões e expedições atrás de ouro povoaram a região. Nesta época, a extração da borracha atraiu de forma mais intensa os primeiros contingentes migratórios, mas o fluxo foi arrefecido com a crise no setor. Do início deste século até a década de sessenta, a região viveu do extrativismo, valendo-se das cidades de Manaus e Belém para complementar sua pauta de consumo.

O final dos anos sessenta é um marco para a região. Nesta época, retomou-se a construção da rodovia Brasília-Acre iniciada na década anterior. O primeiro trecho entregue (Cuiabá-Porto Velho), da atual BR-364, concretizou a decisão do governo federal de integrar a região Norte ao Centro-sul.[29]

No final dos anos setenta, Rondônia passou a ser conhecida pelos projetos de colonização, destacando-se em termos nacionais. Em dez anos a população cresceu 342,15% (taxa anual de 16,03%), passando de 111.064 em 1970, para 491.069 em

[29] HENRIQUES, Maria Helena F.T. (1985) "A dinâmica demográfica de uma região de fronteira: Rondônia". Revista Brasileira de Geografia 47(3/4):318.

1980.[30]

Já em 1970, mas ainda mais nos dados de oitenta, o perfil da população revelava uma pirâmide menos truncada, idade mediana baixa e em queda. A razão de dependência era das mais elevadas (acima de 0,9) e a razão de sexo era elevada, mas estava em descenso (1,12 em 1980). Neste mesmo ano, 67% da população era composta de migrantes, em geral bastante jovens. Durante os anos setenta a idade mediana da população apresentou uma queda de quase oito anos, passando de 29,55 anos para 21,83.

Em 1985, a FIBGE contabilizou através de uma contagem rápida em todo o estado, uma população de 904.298 pessoas. Com base nestes dados a Secretaria de Planejamento-RO estimou para 1990, uma população de 1.805.813.[31]

III.2. O INCRA e a Colonização

A decisão de instalação de projetos de colonização foi o que mais diretamente impulsionou, na segunda metade dos anos

30] Durante a década de setenta o Brasil apresentou uma taxa de crescimento anual de 2,42% e a região Norte 5,02%. Roraima registrou 6,83%, Pará 4,62%, Amapá 4,36%, Amazonas 4,18% e Acre 3,42%. Ao longo da década de setenta o Paraná foi o maior "expulsor" de população. Apresentou ao longo deste período uma taxa de crescimento de 0,97%. Grande parte dos migrantes que foram para Rondônia, estado que mais atraiu população nos anos setenta, tinha o Paraná como residência anterior.

31] RONDONIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Coordenação de Planejamento. (1986) Projeção Populacional. Porto Velho, SEPLAN:8. Em relação à população residente de 1980, esse montante representaria taxas de crescimento anual de 13,91% e decenal de 267,73%.

setenta, uma migração com caráter predominantemente familiar.[32] No entanto, Rondônia continuou atraindo garimpeiros em grande número, motivados pelo ouro e pela cassiterita.

A política de assentamento do INCRA para a região, foi calcada na concepção de pequenas propriedades, em média com 35-50 ha de área útil, destinadas a lavradores descaptalizados que para lá se deslocavam. A expectativa era de que a mão-de-obra para a formação e trato das culturas, fosse provida pela própria família. Assim, garantia-se a um só tempo, melhores meios de vida e uma elevação da renda do parceleiro [33] com os plantios perenes. A valorização do grupo familiar fundava-se não apenas na operacionalização mais imediata da produção. Reconhecia-se na família uma capacidade de viabilizar a fixação, entendida de forma ampla.

Nas diretrizes estabelecidas pelo INCRA para a seleção dos lavradores a serem contemplados com um lote, formalizou-se o reconhecimento do papel desempenhado pelo grupo doméstico. Nas fichas IC (Identificação e Classificação de Candidatos a Parceleiros), os itens relativos à família (tamanho e composição por idade e sexo) são os que atribuem maiores pon-

32] Entende-se por padrão migratório familiar a migração na qual o grupo doméstico menor (família nuclear composta de pais e filhos), desloca-se em geral em conjunto ou, quando em separado, em intervalos de tempo muito curtos entre os deslocamentos. É distinto da migração onde o chefe vai na frente e, após ter-se estabelecido, retorna à região de origem para buscar a família.

33] Em Rondônia, parceleiro é como comumente se designa o lavrador assentado pelo INCRA.

tos ao candidato, ampliando portanto as chances de seleção. Fatores como a experiência pregressa com a agricultura, demais habilidades e tempo de serviço, ainda que importantes, têm um papel secundário.

Essa valorização da família também estava presente no discurso dos lavradores e pesquisadores da questão. Duas colocações elucidam esta afirmação: a primeira, de um casal residindo na fronteira e, a segunda, de um antropólogo.

Um casal na faixa dos 30 anos, assentado em Machadinho, referia-se frequentemente ao papel da família na implementação do lote. Apesar de seus filhos serem pequenos e entre eles haver apenas um menino, afirmava que muitos dos serviços eram realizados com a colaboração das crianças. Entre estes serviços relacionavam busca d'água na mina, preparo de alguma comida mais simples, lavagem de roupa, cuidados com o viveiro de mudas, serviços de capina no roçado e trabalhos na colheita. As crianças eram responsáveis pela formação do pomar da propriedade. Sob a supervisão da esposa, plantavam e cuidavam das mudas. Somente os serviços mais pesados como uma limpeza no final das águas, eram feitos pelo marido. Mesmo assim, as crianças participavam com tarefas específicas. Referindo-se à divisão do trabalho o marido dizia:

"...tenho menina e menino, mas não existe esse negócio de não querer fazer as coisas que precisa. Não tem não! Precisando, faz de tudo. Quando eu mais o menino viemos abrir o primeiro eito, ficamos os dois mais de quinze dias aqui no mato. Eu tocava o serviço mais pesado, mas ele pegava na foice um bocadinho, ia colaborando. Acabou dando acidente, cortou a cabeça [mostra a cicatriz na testa do me-

nino] de tanto ânimo no trabalho. Só aprende pegando firme....O menino cuidava pela bóia. No começo saiu um comida meio danada, mas no fim o moleque já fazia de tudo. Ele ajudou muito.....imagina só se fosse garoto formado."

Mas não era apenas ao trabalho físico da família que o casal se referia. Lembrava do apoio emocional propiciado pelo cônjuge, filhos e outros parentes morando perto. Eles dissipavam a tristeza e a vontade de abandonar tudo quando surgia algum problema mais grave. Falando das crises que abatiam a família, principalmente em ocasião de doença de algum membro, a esposa dizia:

"...ainda bem que quando ele cai doente eu estou boa, e quando eu bambeio ele cuida da casa. Doutro jeito a gente já tinha vendido o lote; a coragem desaparece quando a gente vai prá cama com o corpo fraco, a gente se entrega e se não é um outro com juízo, a gente faz burrada [vender o lote, gastar demais com médico e farmácia]..."[34]

Falando da pequena produção agrícola nas regiões de fronteira, o antropólogo Otávio Velho afirma que:

"a presença da família é fundamental. Mesmo quando, sobretudo tratando-se de área virgem, numa etapa inicial os membros femininos e menores permaneçam no lugar de origem ou intermediário. A presença da família é, em boa parte, responsável por laços extremamente fortes, onde a solidariedade e a coerção se completam. Todavia, assim como o interesse pela terra não se restringe a um determinado pedaço de terra (daí as migrações), também a família não é necessariamente a mesma, e a migração está, às vezes associada à constituição de uma nova família. E, nisso, age-se seguidamente com grande dose de pragmatismo, já que o agricultor reconhece que não pode funcionar fora de um contexto familiar".[35]

34] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

35] VELHO, O.G. (1984):36.

Assim, a avaliação do lavrador sobre a necessidade da família para vencer o cotidiano, e a melhor pontuação conseguida no INCRA para os que a tivessem, eram dois fatores inter-relacionados a estimularem este padrão migratório.

No caso de Rondônia, a longa distância e a pequena oferta de lotes frente à demanda crescente, estimularam o estabelecimento de um lugar intermediário no próprio estado. Em geral, procuravam-se os municípios que, no momento da migração, possuísem projetos de colonização preferencialmente na fase de seleção ou entrega dos lotes.[36]

A criação do Programa POLONORDESTE em 1981, deu a tônica do desenvolvimento do estado no decorrer da década de oitenta.[37] A chamada "colonização de novas áreas do estado" integra este programa. Iniciada em 1984, previa o assentamento de 15 mil famílias até 1989, o que não ocorreu em função do seu cancelamento parcial. Três projetos foram abertos mas não concluídos: Urupá, Cujubim e Machadinho, sendo o último o melhor estruturado.

36] Segundo dados do Censo de 1980, nos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, todos com projetos de colonização, mais de 80% da população eram compostas de migrantes. Enquanto isso, áreas de ocupação mais velhas tinham um percentual bem inferior de não nativos. Guajara-Mirim possuía 31%, enquanto Porto Velho, mesmo sendo a capital, 43,8%. Cf. HENRIQUES, M.H.F.T. (1985):346.

37] O POLONORDESTE conta com recursos do BIRD e fundos nacionais do PIN - Programa de Integração Nacional e PROTER-RA. Abrange a área de influência da BR-364 (trecho Cuiabá-Porto Velho), contando com a atuação integrada dos Ministérios do Interior, Agricultura, Transportes e dos Governos dos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

III.3. Projeto Machadinho

O Projeto de Assentamento Machadinho (Machadinho) é o maior dos três. Localizado na parte nordeste do estado (Mapa 1), ocupa parte anteriormente pertencente aos municípios de Ariquemes e Jaru.[38] Esta região era anteriormente ocupada por pequenos contingentes de seringueiros e garimpeiros de cassiterita.

Referindo-se as características macroambientais, assim se referiram Sawyer e Sawyer:

"Machadinho ocupa uma área de 5.950 km² (latitude 9° S e longitude 62°W), onde a planície amazônica encontra as escarpas do planalto central (mapa 1). A altitude varia entre 100 e 200 metros. As colinas tem pequenas elevações e seus topos são arredondados. A região é cortada por uma densa bacia de igarapés que desaguam no Rio Machado (ou Ji-Paraná), tributário do Amazonas.

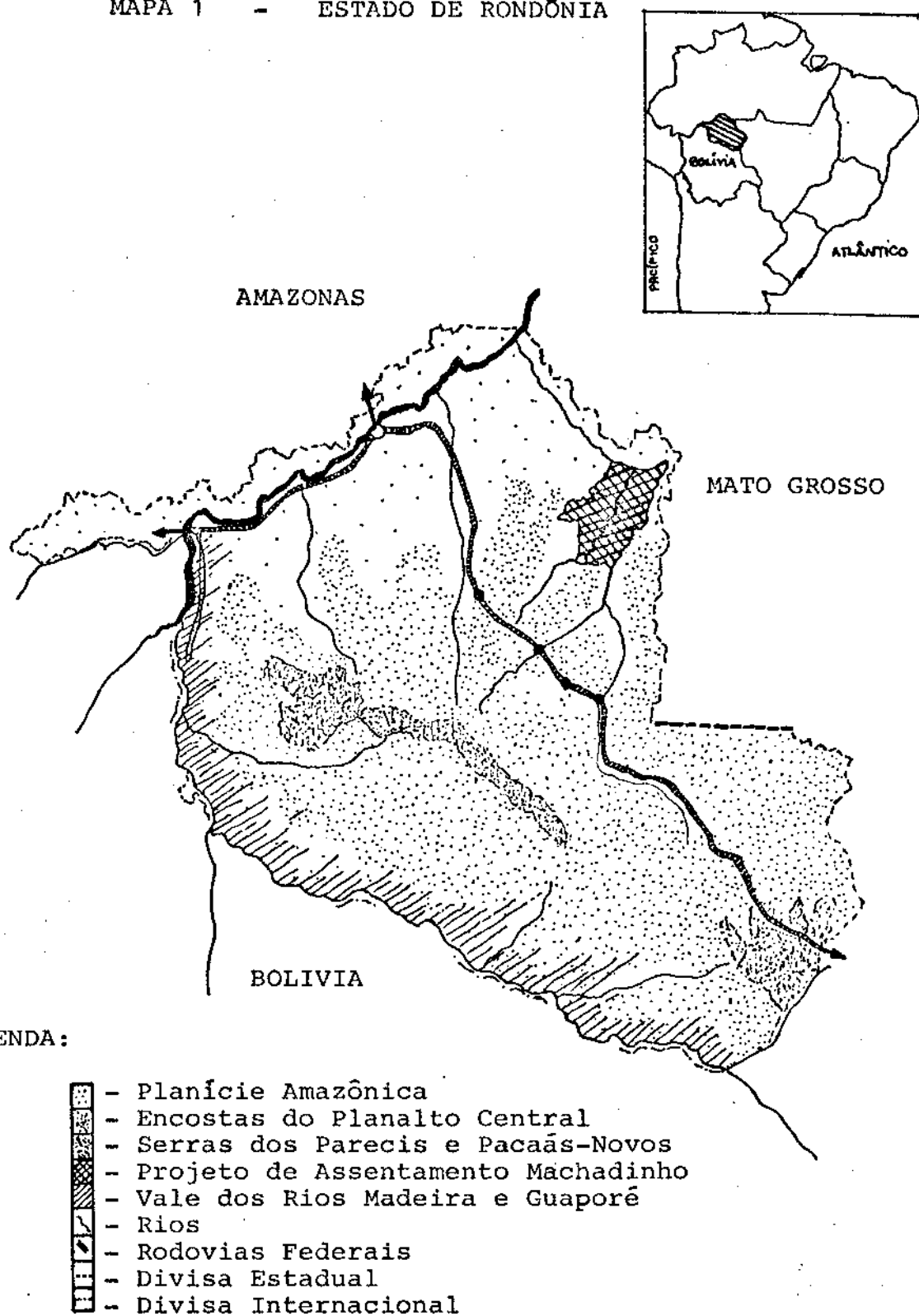
O clima do norte de Rondônia é do tipo "Koeppen", isto é, quente com uma curta estação seca. A temperatura média anual está acima dos 25°C, com a média mensal máxima de julho a outubro acima dos 32°C e temperatura média mínima chegando a 17°C. Há consideráveis variações térmicas e raras frentes frias descem a temperatura a 10-15°C.

A precipitação pluviométrica medida em Machadinho registrou 2.229 mm por ano, com uma concentração de 1.730 mm na estação chuvosa entre os meses de outubro-março e apenas 34 mm no período junho-agosto. A umidade relativa do ar é em geral superior a 80%, atingindo 100% após 9 pm e na estação chuvosa. Enquanto isso, na estação seca é de 50-70% entre 6 e 9 pm.

Os solos da área do projeto são predominantemente podzólicos distróficos amarelo avermelhado de origem cristalina, arenosos na camada superior e argilosos abaixo da superfície. Eles podem ficar encharcados no período das chuvas. Sua fertilidade é apenas média. A vegetação é de floresta tropical

38] Machadinho D'Oeste tornou-se município independente em 1988, elegendo em novembro do mesmo ano, seu primeiro prefeito e vereadores.

MAPA 1 - ESTADO DE RONDÔNIA



MONTE-MOR, R.L. (1985)

Úmida subperenial com árvores de 20-35 m, algumas vezes atingindo 50 m." [39]

Ao todo são 5.520 lotes com área de 35-40 ha, agrupados em sete glebas. Em 1984 foram entregues as duas primeiras glebas com um total de 1.736 lotes. No ano seguinte deu-se início à segunda fase, com a entrega dos lotes de mais outras duas glebas. A demarcação das glebas restantes foi suspensa, com o cancelamento do programa de colonização de novas áreas.

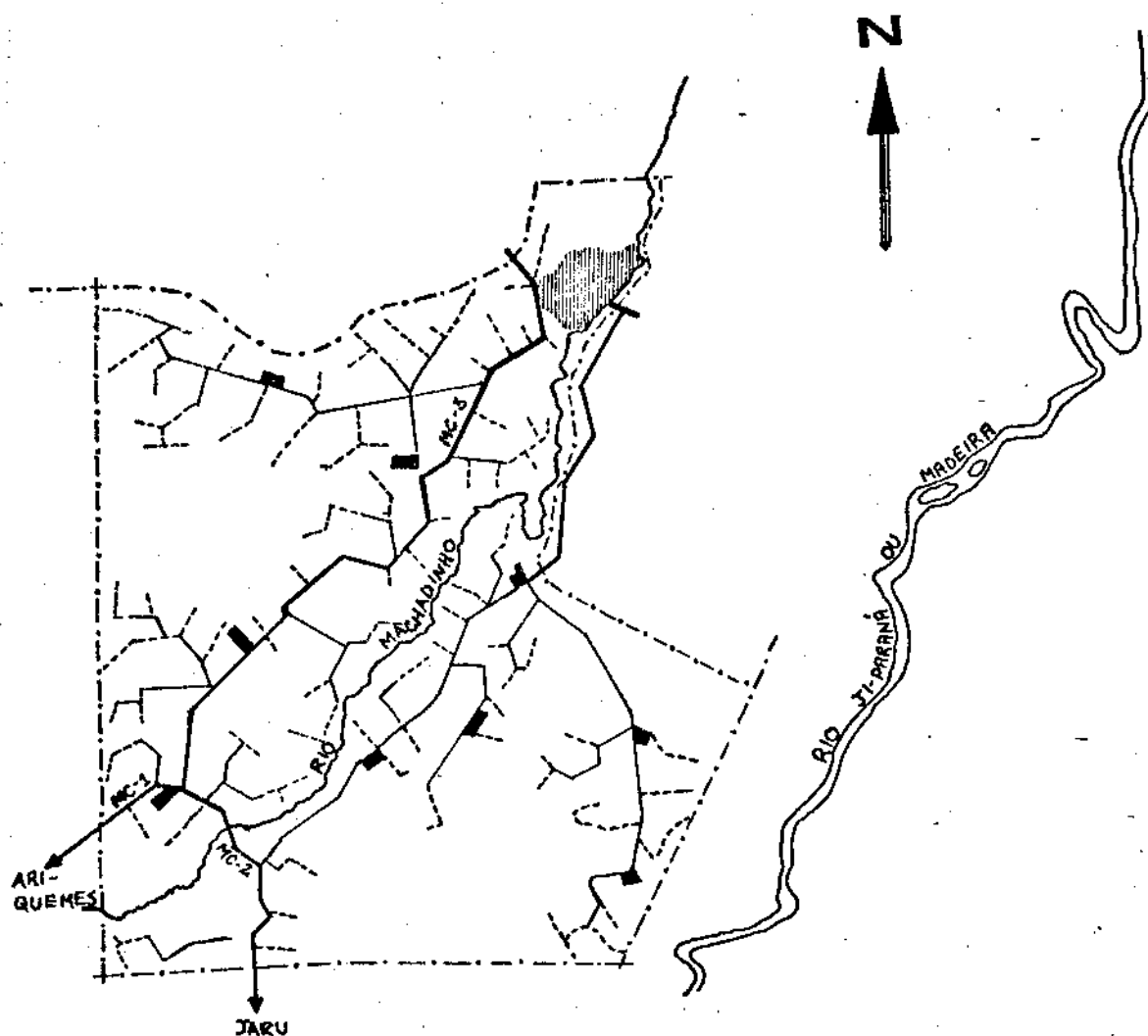
Machadinho possui uma infra-estrutura e rede de serviços bem superiores às dos demais projetos de colonização de Rondônia. Com um traçado mais adaptado ao meio ambiente, a divisão dos lotes leva em conta o relevo e cursos d'água. As reservas florestais foram agrupadas em blocos em áreas inadequadas à agricultura. Uma malha viária de boa qualidade atinge todos os lotes, possibilitando o tráfego durante o ano todo. Várias escolas, bem como alguns postos de saúde de atendimento primário, foram construídos na "área rural".

No núcleo urbano central, ruas foram abertas e instaladas as redes de água e energia elétrica em sua parte central. Cerca de 15 agências de órgãos públicos das esferas federal e estadual, abrangendo as áreas fundiária, planejamento, saúde, educação, pesquisa agrônômica e assistência técnica, armazenamento e segurança, possuíam pessoal residente no núcleo.

O núcleo urbano, iniciado em 1985, com poucos meses pas-

39] SAWYER, Donald R. e SAWYER, Diana R.T.O. (1987) *Malaria on the Amazon Frontier: Economic and Social Aspects of Transmission and Control*. Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG:35.

MAPA 2 - PROJETO MACHADINHO (GLEBAS 1 E 2)



LEGENDA:

- Vias Coletoras
- Vias Alimentadoras
- ... Vias de Penetração
- Núcleo Principal
- Núcleos Urbanos Secundários
- - Limite das Glebas

MONTE-MOR, R.L. (1985)

sou a exercer uma atração significativa sobre a população migrante do estado. Extrapolando a noção de "apoio rural", adquiriu muito mais uma dimensão de cidade emergente, mas carente, sem poder dar conta das demandas criadas e das que seu próprio crescimento veio engendrando. A efervescência fortaleceu a imagem de "cidade de futuro", encobrendo momentaneamente a precariedade de uma localidade nova. A euforia levou à ocupação precária e bastante dispersa do núcleo.

O caráter acentuadamente especulativo da ocupação logo aflorou. Mas, a inexistência de uma auto-sustentação do processo só se configurou plenamente, dois anos após a "fundação" do núcleo urbano. A população, em grande parte com passagem por centros de médio e grande porte, defrontou-se com a impossibilidade que o "urbano acabado" se materializasse a um só tempo, num espaço até há pouco virgem e desabitado.

Estima-se que, em julho de 1986, havia 2.880 pessoas residindo no núcleo urbano e outras 4.500 nos lotes. As glebas 1 e 2, entregues em 1984, contavam com 3.370 habitantes.[40]

Contrariamente ao verificado no núcleo urbano, os núcleos secundários da área rural, ficaram praticamente restritos às edificações das escolas e alguns postos de saúde. Até meados de 1987, nenhum deles estava em completo funcionamento nas glebas entregues em 1984. Dos dez projetados, somente sete estavam de alguma forma iniciados. Também na área rural, verificou-se um processo de especulação. Muitos lotes foram

40] SAWYER, D.R. e SAWYER, D.R.T.O. (1987):8.

ocupados só para assegurar a posse e vários já haviam sido vendidos para terceiros.[41]

Pelo que foi dito acima, vê-se que o processo de assentamento rapidamente fugiu ao controle das autoridades. Além dos parceleiros selecionados previamente, havia um numeroso contingente de posseiros e compradores, cujas ações eram até certo ponto sancionadas pelo INCRA. Esse quadro encontrado em Machadinho é bem típico das áreas de colonização estimulando o nomadismo dos migrantes. Especulação e "abandono" de lotes entrecruzam-se.

A especulação com a terra e a "entrega" de lote a preço vil são duas faces de uma mesma realidade. Num contexto, onde a intensidade do fluxo migratório com suas demandas por terra está muito acima da capacidade dos órgãos em distribuí-las,[42] a retenção de terras pode representar uma reserva estratégica de capital. Além disso, para um lavrador descapitalizado e nos limites da sobrevivência, passar o lote por

41] Nenhum órgão contava com dados confiáveis sobre o turn over dos migrantes. As projeções variavam muito mas, ao que tudo indica, apenas 30% dos inicialmente assentados em 1984 continuavam como parceleiros em 1986.

42] TURCHI levantou em 1979, o número de famílias assentadas em Rondônia nos sete projetos oficiais de colonização até então entregues. Seus dados indicam que até 1978, haviam sido assentadas 16.482 famílias e até o final de 1980, esperava-se alocar um total de 23.438. No entanto, já em 1977 existiam 30.000 famílias aguardando lotes e o fluxo migratório continuava crescendo. Cf. TURCHI, Lenita Maria (1981) "A Colonização Dirigida no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola: Território de Rondônia". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Águas de São Pedro, Vol.1:298-334.

uma quantia relativamente baixa, pode significar a garantia por alguns meses da alimentação e algum consumo complementar. Assim, compra e venda de lotes, em geral, tornam-se uma atividade lucrativa, sendo exercida tanto entre pessoas de classes distintas, como entre os próprios lavradores.

Como explicar que uma terra, tão esperada e conseguida com o fim explícito de ser terra de trabalho, converta-se em terra de especulação ou degradação do seu dono? O quadro é complexo, mas as fluídas relações do parceleiro com o lote apontam pistas. Dois aspectos merecem menção:

Primeiro, os laços emocionais com uma terra específica na fronteira não estão dados. Ao contrário de comunidades tradicionais, onde a terra carrega uma história das gerações passadas ou marcas de acontecimentos pregressos de sentido para os bairros ou povoados mais próximos, um lote virgem é uma terra sem memória, uma terra como outra qualquer. Já que estes laços não são dados e as adversidades são latentes, muitas vezes o parceleiro deixa o lote antes que se inicie o enraizamento.[43]

Segundo, a noção de lote enquanto um bem dado, que recorridas vezes aflora na fala de técnicos do INCRA e dos parceiros. Esta visão despolitiza a questão, colocando-a em

43] TORRES, examinando a desistência e substituição de parceiros de Machadinho, mostrou que esse processo iniciou-se para muitos antes da conclusão do primeiro ano agrícola. Cf. TORRES, Haroldo G. (1987) *Desistência e Substituição de Colonos em Projetos de Colonização de Rondônia: um estudo de caso*. Relatório de Pesquisa - CNPq, Belo Horizonte.

termos individuais. Desta forma, o lote encarna um caráter sintetizado no dito popular: "cavalo dado não se olha os dentes". Para o técnico responsável pela entrega dos lotes, não cabe um questionamento da parte do parceleiro quanto a qualquer aspecto, pois o bem foi doado. Da parte do parceleiro, que o recebeu, não cabe reclamação pois o lote não foi comprado. Como diziam alguns parceleiros:

"não posso reclamar da terra [pois] não comprei nenhum palmo deste chão; agora, se eu fosse dispendido com a terra, fugiria dessas manchas amarelas que são muito fracas. Se eu comprasse...."[44]

III.4. Serviços de Saúde em Machadinho

Machadinho, comparativamente, possuía uma melhor infraestrutura do que os demais projetos oficiais de colonização de Rondônia. No entanto, na área de saúde, especificamente, a situação era ainda muito precária. Em 1986 havia, no núcleo urbano, uma unidade para tratamento de malária e um posto de saúde. A unidade possuía 12 leitos, quase sempre insuficientes para o atendimento dos casos que exigiam internação.[45]

O posto de saúde contava com três funcionários: um enfermeiro com curso superior, uma agente de saúde com curso de auxiliar de enfermagem e um visitador sanitário. Por não haver um médico, a rotina ambulatorial restringia-se ao atendi-

44] Depoimento recolhido pelo autor em Machadinho - 1986.

45] Sobre os níveis de contração de malária em Machadinho, veja dados no item Condições de Vida, algumas páginas à frente.

mento de casos mais simples tais como pequenas suturas, diagnóstico preliminar para encaminhamento, vacinação, pré-natal, curativos. A cada dois meses eram realizadas campanhas de vacinação infantil, cobrindo o núcleo urbano, os lotes da área rural e os seringais vizinhos.

A maioria dos atendimentos referia-se a crianças com desidratação e verminose. Como as mulheres raramente procuravam o posto por algum problema pessoal, aproveitava-se a consulta da criança para um atendimento e orientação à mãe.

O enfermeiro dava assistência a outros quatro postos de saúde da área rural. Cada um destes postos tinha uma funcionária treinada pelo próprio enfermeiro, fazendo mais o trabalho de visitador sanitário. A princípio, estes postos deveriam cobrir uma área num raio de 7 km mas, dado o pequeno número deles, havia alguns que estendiam sua ação até 30 km.

Em 1986 havia apenas uma viatura à disposição dos funcionários da área de saúde, o que segundo o enfermeiro, inviabilizava a execução de qualquer trabalho mais sério. Nas épocas de derrubada sua utilização era mais intensa. Em muitas semanas a viatura era utilizada como ambulância ou carro fúnebre. Além disso, muitas vezes era deslocada para atender outros órgãos do governo.

Se por um lado, a situação dos órgãos de saúde pública era precária, por outro, as farmácias, todas em mãos da iniciativa privada, progrediam muito. Em julho de 1986, havia 11 farmácias no núcleo urbano. Muito poucas possuíam farmacêuti-

cos diplomados, sendo em geral geridas por pessoas com algum conhecimento e experiência anterior no ramo. Apesar da região ser bastante pobre e o número de estabelecimentos ser excessivo para uma localidade tão pequena, os proprietários afirmavam ter um bom movimento. Falando da sua rotina de trabalho, um proprietário assim se referia:

"...faço todo tipo de serviço, desde que inclua a venda de um remédio. Procuro fazer tudo para agradar o cliente. Se aparece alguém à noite, já tarde, não importo em atender. A pessoa sendo bem atendida volta sempre...eu não posso fazer luxo; esses serviços é que dão mais quando a gente está começando."

Outro proprietário, indagado sobre o volume de vendas, medicamentos mais procurados e assuntos correlatos, foi enfático:

"o que mais se vende é remédio para a malária ou fortificante para recompor a saúde depois de uma malária. Agora, os tipos e quantidades não revelo. Se disser, o pessoal do governo fica sabendo, melhora o atendimento e eu vou perder muita freguesia."[46]

46] Informações de depoimentos de proprietários de duas das mais bem localizadas farmácias - Machadinho, 1986.

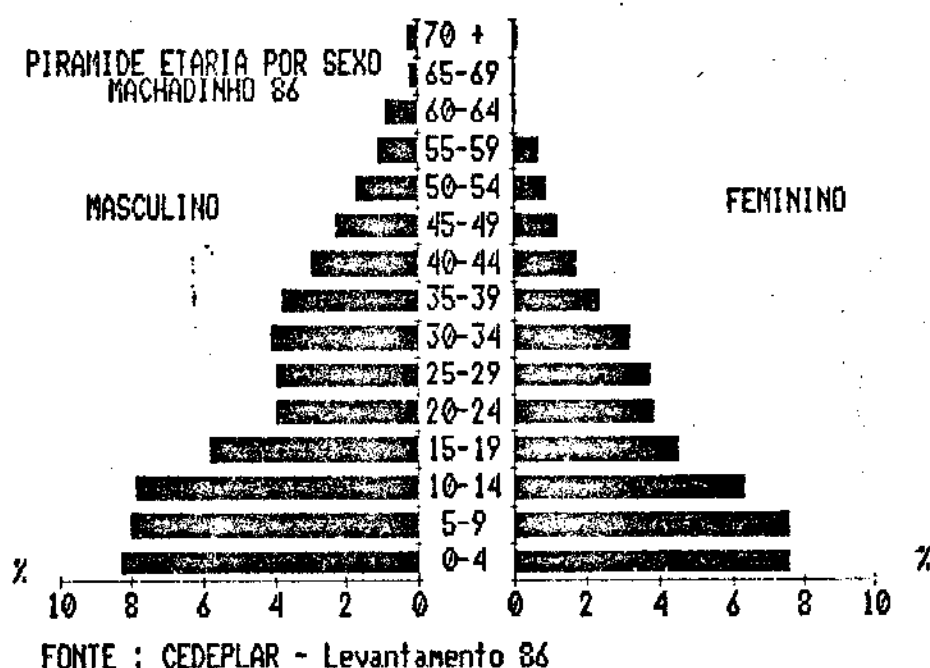
IV. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE MACHADINHO

IV.1. Estrutura da População

Segundo os dados de 1986, a população de Machadinho é bastante jovem. Sua idade mediana é de 16,98 anos.[47] Para os homens esse valor é um pouco mais elevado, 18,06 anos e, para as mulheres 15,48 anos. Como será mostrado a seguir, em geral são casais jovens com filhos pequenos ou adolescentes. Há também famílias em estágio mais avançado do seu ciclo vital, mas em número reduzido.

O Gráfico 1 apresenta a estrutura por idade e sexo da população. Sua composição revela um maior contingente de pes-

GRAFICO 1



47] O Censo de 1980 indicava para a população residente de Rondônia uma idade mediana de 16,83 anos. Para o Brasil, no mesmo ano, a idade mediana era de 20,17 anos.

soas do sexo masculino, com uma razão de sexo de 1,24. Para a faixa acima dos 50 anos a razão de sexo atinge 2,00, valor bastante elevado. O grupo de 10-49 anos para o sexo masculino reúne 34,7% da população total, contra 27,3% para o feminino. Isso exprime o grande contingente de homens e meninos adolescentes. É um fato esperado em uma área rural e, principalmente, na fase de abertura dos lotes. Para o grupo de 15-49 anos a razão de sexo atinge 1,28.

O grupo 20-24 anos foge a esse comportamento, revelando uma entrada acentuada na pirâmide. Como sugeriram SAWYER e SAWYER, homens desta faixa etária seriam muito jovens para já serem chefes de família com lote, e muito velhos para continuarem residindo com seus pais.[48]

IV.2. História Migratória

A migração para Machadinho é muito recente. Apenas 2,3% dos chefes de domicílio chegaram em Rondônia antes de 1970. Para a década de setenta esse valor é de 25,5%, sendo que 72,2% dos chefes mudaram-se a partir de 1980.

A Tabela 1 apresenta dados dos chefes de domicílio quanto a local de nascimento e residência anterior à vinda para Rondônia, divididos por região e estados mais significativos em cada uma. Examinando o local de nascimento, nota-se um peso acentuado da região Sudeste com 44,6%, sendo seguida das regiões Sul com 26,8% e Nordeste com 21,7%. As regiões Cen-

48] SAWYER, D.R. e SAWYER, D.R.T.O. (1987): 42.

TABELA 1 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO, POR LOCAL DE NASCIMENTO E RESIDÊNCIA ANTERIOR À MUDANÇA PARA RONDÔNIA SEGUNDO REGIÕES E ALGUNS ESTADOS - 1986.*

REGIÕES E ALGUNS ESTADOS	LOCAL DE NASCIMENTO		ÚLTIMA RESIDÊNCIA	
TOTAL	100,0%	(709)	100,0%	(689)
NORTE	2,5%	(18)	2,5%	(17)
AMAZONAS	1,4%	(10)	0,9%	(6)
NORDESTE	21,7%	(154)	5,4%	(37)
BAHIA	9,3%	(66)	3,8%	(26)
SUDESTE	44,6%	(316)	23,9%	(165)
MINAS GERAIS	24,2%	(171)	7,0%	(48)
S. PAULO	10,3%	(73)	11,5%	(79)
SUL	26,8%	(190)	44,8%	(309)
PARANÁ	21,0%	(149)	43,7%	(301)
CENTRO-OESTE	4,4%	(31)	23,4%	(161)
GOIÁS	2,1%	(15)	2,8%	(19)
M. GROSSO	1,4%	(10)	14,9%	(103)
OUTROS ESTADOS	30,4%	(215)	15,4%	(107)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

tro-Oeste e Norte ficam abaixo dos 5,0%, cabendo à segunda o menor contingente. Entre os estados, destacam-se Minas Gerais, com mais da metade do total da região Sudeste, e o Paraná representando 78,4% dos chefes nascidos no Sul.

Dados sobre a última residência antes da ida a Rondônia, evidenciam o peso da região Sul com 44,8%, com grande destaque para o Paraná. O Sudeste vem em segundo lugar com 23,9%. Pouco abaixo está o Centro-Oeste com 23,4%, cabendo a Mato Grosso a maior contribuição, 14,9%. No Sudeste os diferenciais entre os estados é menor, vindo São Paulo em primeiro lugar, seguido de Minas e Espírito Santo. O Nordeste e Norte

têm valores bem abaixo, sendo o último com menor expressão.

Uma comparação entre os dados de naturalidade e última residência, indica uma migração bastante grande. As posições assumidas pelo Sudeste e Sul inverteram-se. Enquanto o Sudeste concentra o maior percentual de nascimento dos chefes, é o Sul que representa o maior contingente para local de última moradia. A região Centro-Oeste assume um papel de destaque quanto à última residência, situação distinta da verificada para dados de local de nascimento do chefe. Valores para o Nordeste revelam a saída dos chefes nordestinos. Enquanto 21,7% dos chefes são nordestinos, apenas 5,4% do total estavam nesta região antes da ida a Rondônia. O Norte apresenta uma variação mínima quando comparados os dois dados, ficando com a menor contribuição frente às demais regiões.

Os estados mais significativos das regiões Sudeste e Centro-Oeste para as duas categorias analisadas, local de nascimento e última residência, não são os mesmos. Isto revela que a nível intra-regional o papel de atração e expulsão de população dos estados tem variado.

Dos comentários acima, pode-se concluir que Rondônia não significa a primeira etapa migratória. É o atual estágio de um fluxo que a grosso modo vem do Nordeste em direção às regiões Sudeste/Sul, caminhando em seguida para a Centro-Oeste e o noroeste do país. Obviamente, dos migrantes hoje em Rondônia, nem todos são apenas nordestinos "reciclados".

Na maioria das vezes, Rondônia surge como a mais recente

parada de uma trajetória longa quanto aos espaços percorridos e ao tempo transcorrido. As sucessivas migrações, quase sempre permeadas de expectativas frustradas e projetos inviabilizados, forjaram uma mutabilidade intermitente. Essa mutabilidade é um dos elementos que caracteriza o nomadismo acima referido. O "querer um lote" confronta-se com o "não se prender ao lote". Já ocorreram muitas mudanças, muitos sonhos foram desfeitos. Assim, por mais fortes que sejam as construções deste "imaginário libertador", a vivência concreta mina, até certo ponto, os elementos de credibilidade e sustentabilidade deste sonho da "terra prometida".

Um depoimento de um trabalhador que nasceu em área rural do interior de São Paulo, ilustra as recorrentes mudanças. Com dois anos de idade, foi para o Paraná com a família, atraída pela ocupação que se dava no norte deste estado. Seu pai era formador de cafezais e em aproximadamente 15 anos percorreu toda a região.

No início dos anos sessenta, passaram a cuidar de um cafezal de mais de 18.000 pés. A fazenda era muito grande e possuía feitor, fiscais e um regime de trabalho muito rígido. Apesar de trabalharem muito o que recebiam pouco ia além do necessário para a alimentação. O que reforçava o orçamento era o grande número de diárias obtidas pelos filhos em fazendas vizinhas. Como dizia o entrevistado,

"aquilo era um cativeiro danado... a gente era como cachorro comendo de um prato, com outro [fiscal] de longe vigiando..."

Desanimados com tantas dificuldades, foram em meados da década para o Paraguai, cuidar de cafezais de fazendeiro paulista. Fora da fazenda sofriam muita discriminação por serem estrangeiros. Alguns anos depois, aproveitando a venda da propriedade, propuseram o cancelamento do contrato. Isto lhes proporcionou uma boa quantia em dinheiro, permitindo a compra de uma propriedade em Mato Grosso.

Antes da mudança da família para a propriedade, descobriram que a terra era grilada. Nesta época, o entrevistado casou-se. Acompanhando o pai, agora sem nada, foram para um município com áreas de colonização. Não conseguiram terra, pois os lotes destinavam-se aos já residentes no município.

Durante dez anos o pai e a maioria dos filhos, já quase todos casados, continuaram trabalhando em fazendas de café. No final dos anos setenta mudaram-se novamente, quando então os irmãos dividiram-se entre atividades rurais e urbanas.

O trabalhador entrevistado optou pela cidade. Em quatro anos passou de vigia a sub-gerente de um estabelecimento rural. Apesar da boa remuneração, da casa própria e da integração de sua família na cidade, resolveu pedir as contas e ir para Rondônia. Chegou a receber uma proposta de promoção, mas não aceitou. A vida de empregado trazia-lhe inseguranças com relação ao futuro. Pensava sempre nas dificuldades dos desempregados, na ausência de controle sobre o seu trabalho, "na falta de progresso na vida".

Com essa decisão, realizava um sonho de mais de uma dé-

cada. No início dos anos setenta, visitou Rondônia, influenciado por um amigo. Dificuldades apontadas por um fazendeiro que conheceu, desencorajaram a mudança naquele momento.

Em 1982 foi para Rondônia decidido a adquirir uma propriedade rural. Aproveitando a campanha para as eleições, conseguiu inscrever-se para a aquisição de um lote do INCRA. No início do ano seguinte, trouxe a família indo para próximo de um irmão que já residia em Rondônia há algum tempo.

Durante quase dois anos, pulou de serviço em serviço, procurando manter a família e juntar recursos para aplicação no seu lote. Trabalhou no começo como diarista na área rural e depois como servente em uma construtora. Como relata, a situação era dura e às vezes chegava a pensar em voltar para Mato Grosso. Suas mãos não mais estavam calejadas para o serviço da roça e as dificuldades impostas à família eram muito grandes. Segundo o entrevistado, a perspectiva de conseguir uma terra própria era o único elemento capaz de suplantar a dureza daquele momento e manter a esperança de dias melhores.

Alguns meses antes de receber o lote, passou a trabalhar por empreita em lavouras perenes. Os rendimentos eram maiores, mas bem abaixo do necessário para a formação de uma poupança. Em junho de 1984 quando finalmente recebeu do INCRA seu lote, não tinha nenhum recurso para aplicar em sua propriedade. Como dizia,

"o lote foi aberto na coragem, porque recurso, dinheiro prá pagar uns companheiros não tinha não".[49]

49] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

As Tabelas 2 a 5 apresentam características sócio-econômicas dos chefes de domicílio de Machadinho em dois momentos: antes da chegada a Rondônia e em Rondônia, antes da ida a Machadinho. Em todas as tabelas aplicou-se o teste de proporção. Os cálculos revelaram, para as hipóteses levantadas, uma significância estatística a um nível menor que 1%. A única exceção foi a variável propriedade rural (Tabela 4.2).

A Tabela 2 analisa a situação de domicílio e a Tabela 3 a situação de trabalho (ambas urbano-rural). Para as duas variáveis, as hipóteses nulas confirmaram-se. Evidenciaram uma "ruralização" com a mudança para Rondônia. Ela é mais acentuada quanto ao local de trabalho ($z = 3,77$), que para o local de moradia ($z = 3,41$).[50]

TABELA 2 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO LOCAL DE MORADIA ANTES E DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA 1986. *

ANTES \ DEPOIS	LOCAL DE MORADIA		TOTAL
	URBANO	RURAL	
LOCAL DE MORADIA			
URBANO	31,1% (221)	17,4% (124)	48,5% (345)
RURAL	10,8% (77)	40,7% (289)	51,5% (366)
TOTAL	41,9% (298)	58,1% (413)	100,0% (711)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

50] "Em 1980 a correlação entre uma origem urbana e um destino rural (ou uma origem rural e um destino rural) era mais forte em Rondônia do que na região Norte. Além disso, o destino rural era mais preferido em Rondônia do que na região Norte como um todo". HENRIQUES, M.H.F.T. (1985):341.

TABELA 3 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO LOCAL DE TRABALHO ANTES E DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDONIA 1986. *

ANTES \ DEPOIS	LOCAL DE TRABALHO		TOTAL
	URBANO	RURAL	
LOCAL DE TRABALHO			
URBANO	24,7% (168)	15,8% (108)	40,5% (276)
RURAL	8,9% (61)	50,6% (345)	59,5% (406)
TOTAL	33,6% (229)	66,4% (453)	100,0% (682)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

A posição dos chefes de domicílio quanto à propriedade de imóveis, tanto urbano quanto rural, é examinada nas Tabelas 4.1 a 4.4. A Tabela 4.1 traz o quadro sobre a propriedade urbana, antes e depois da ida a Rondônia. Nos dois momentos os proprietários não chegam aos 35%. A hipótese nula (H_0), o chefe de domicílio não se mantém como proprietário de imóvel em zona urbana após a migração, mostrou-se consistente. Através do teste de proporção obteve-se $z = 2,72$. A Tabela 4.2 ilustra a situação quanto à propriedade rural. Os proprietários não ultrapassam os 20% nas duas situações analisadas.

TABELA 4.1 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO A PROPRIEDADE DE IMÓVEL URBANO ANTES E DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDONIA - 1986. *

ANTES \ DEPOIS	PROPRIEDADE URBANA		TOTAL
	NÃO POSSUI	POSSUI	

PROPR. URBANA			
NÃO POSSUI	53,2% (374)	12,6% (89)	65,8% (463)
POSSUI	15,3% (108)	18,9% (133)	34,2% (241)
TOTAL	68,5% (482)	31,5% (222)	100,0% (704)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

TABELA 4.2 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO A PROPRIEDADE DE IMÓVEL RURAL ANTES E DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA - 1986. *

ANTES \ DEPOIS	PROPRIEDADE RURAL		TOTAL
	NÃO POSSUI	POSSUI	
PROPR. RURAL			
NÃO POSSUI	68,7% (482)	10,9% (77)	79,6% (559)
POSSUI	12,1% (85)	8,3% (58)	20,4% (143)
TOTAL	80,8% (567)	19,2% (135)	100,0% (702)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

A Tabela 4.3 confronta informações sobre a propriedade de imóvel rural antes da ida a Rondônia, com a de urbano em Rondônia. Os cálculos indicaram $z = 4.98$, confirmando a hipótese nula: migrantes que não tinham propriedade rural na região de origem, passam a ter uma propriedade urbana após a chegada a Rondônia.

TABELA 4.3 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO A PROPRIEDADE DE IMÓVEL RURAL ANTES E URBANO DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA - 1986. *

ANTES \ DEPOIS	PROPRIEDADE URBANA		TOTAL
	NÃO POSSUI	POSSUI	
PROPR. RURAL			
NÃO POSSUI	55,0% (387)	24,5% (173)	79,5% (560)
POSSUI	13,5% (95)	7,0% (49)	20,5% (144)
TOTAL	68,5% (482)	31,5% (222)	100,0% (704)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

A Tabela 4.4 examina a situação inversa: ter ou não propriedade urbana antes da migração, com a aquisição de propriedade rural em Rondônia. A hipótese nula (H_0), proprietários urbanos antes da migração não conseguem adquirir um lote em área rural na região de destino, mostrou-se verdadeira. Os

TABELA 4.4 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO A PROPRIEDADE DE IMÓVEL URBANO ANTES E RURAL DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA - 1986. *

ANTES \ DEPOIS	PROPRIEDADE RURAL		TOTAL
	NÃO POSSUI	POSSUI	
PROPR. URBANA			
NÃO POSSUI	53,2% (374)	12,5% (88)	65,7% (461)
POSSUI	27,6% (194)	6,7% (47)	34,3% (241)
TOTAL	80,8% (567)	19,2% (135)	100,0% (702)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

cálculos revelaram $z = 6,81$.

Os dados quanto aos locais de trabalho e moradia, mostram que os fluxos migratórios dirigem-se mais para as áreas rurais. As tabelas sobre a propriedade de imóveis rurais e urbanos antes e depois da migração, evidenciam que os migrantes tendem a perder o status de proprietários em Rondônia. O crescimento do percentual de proprietários urbanos em Rondônia (Tabela 4.3), ocorre entre os que na região de origem possuíam uma propriedade rural. Configura portanto, uma subtração no patrimônio familiar.

Para a população residente em Machadinho, a permanência em áreas urbanas foi transitória. A grande expectativa era a aquisição de uma propriedade rural, na maioria das vezes não conseguida imediatamente.

A experiência de um trabalhador entrevistado é comovente. Ele foi para Rondônia em 1971 com promessa de terra. Descontente com as altas rendas pagas a fazendeiros em Goiás, aceitou a proposta de trabalhar para uma empresa dona de uma área a ser loteada em Rondônia. Como parte do pagamento rece-

beria um lote de terra. Poucos meses depois de instalado na fazenda da loteadora, foi surpreendido pela polícia federal. A terra era grilada e, segundo seu relato, por pouco não foi preso como prova do crime. Saiu foragido da região, indo trabalhar em outra fazenda em município vizinho. Não tardou muito, ocorreram desavenças entre fazendeiros vizinhos e, por pouco, não se converteu em vítima da ação dos "jagunços". Depois destas duas experiências, ainda tomou conta de culturas perenes em formação. Desistiu rapidamente, pois "só trabalho pros outros não dá nenhum futuro".

Informado de que o INCRA iria regularizar uma área em outro município, foi para lá e invadiu um pedaço. Em pouco tempo formou uma roça pequena. A família ficou morando em distrito próximo. Após seis meses de trabalho descobriu que a terra era muito fraca. A única planta que dava bem era sapé, material usado como cobertura em substituição à telha. Desgostoso e necessitando de dinheiro, resolveu empregar-se.

Durante mais de um ano trabalhou em uma mineradora. Os filhos mais velhos o acompanharam, engajando-se posteriormente em equipes de prospecção. O salário era baixo e as condições de trabalho muito prejudiciais à saúde. Assim que pagou as dívidas contraídas pediu demissão. Foi trabalhar na divisa com a Bolívia. Durante seis meses fez diversos serviços sempre por empreita. Não ganhava bem, mas conseguia enviar algum dinheiro para o sustento da família, que não o acompanhou.

Um acidente súbito matou um de seus filhos. Amargurado

com o ocorrido, deixou o trabalho e veio novamente morar com a família. Ficou alguns meses muito desorientado, vagando sem rumo certo. Finalmente instalou-se na região de Ji-Paraná, trazendo posteriormente a família. Assumiu a responsabilidade do trato de uma plantação de cacau. Estimulado pela família, inscreveu-se no INCRA para obtenção de um lote. Rapidamente foi selecionado. Segundo o seu relato, o lote designado era um brejo, havendo poucas áreas para plantio de culturas perenes. Além disso a região estava infestada de malária, doença que já havia causado muitos males à família. Desistiu do lote no ato da entrega, continuando com o trato do cafezal.

Através do seu patrão, foi colocado em contato com um deputado federal ligado ao INCRA. Este interessou-se por seu caso, conseguindo uma audiência com um dos engenheiros responsáveis pela seleção de candidatos a um outro projeto de colonização, Machadinho, em fase de entrega de lotes. Em menos de uma semana foi à área e recebeu um lote. Os dois lotes vizinhos foram entregues ao patrão e ao filho deste. Foi-lhe solicitado que tomasse conta, evitando invasões.

A partir daí acertou um esquema de trabalho que lhe permitisse fazer algum roçado no lote. Ao todo ficou quatro anos na região de Ji-Paraná, transferindo-se com a família para o seu lote em 1985. Entre a chegada a Rondônia e a mudança para o lote em Machadinho, transcorreram-se mais de 14 anos. [51]

A Tabela 5 traz informações sobre a condição de ocupa-

51] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

ção dos chefes de domicílio de Machadinho, concluindo o conjunto de características sócio-econômicas deste grupo, antes e depois da migração para Rondônia.

Para um primeiro exame, agregaram-se os dados em dois grupos. Os empregados incluem: trabalhadores braçais da agricultura e garimpo, trabalhadores urbanos qualificados e não qualificados. O segundo grupo agrupa os trabalhadores que possuem, ainda que em diferentes graus, uma maior autonomia no que concerne às relações de trabalho. Reúne empregadores das áreas agrícola e urbana, profissionais liberais de nível superior, donos de lote que se valiam sistematicamente de mão-de-obra contratada, arrendatários e agricultores familiares que esporadicamente utilizavam mão-de-obra contratada. Apesar de algumas imprecisões na composição das categorias, evidencia-se a tendência à desproletarização, confirmando a hipótese nula (H_0): os migrantes, ao dirigirem-se para Rondônia, trabalham por conta própria ($z = 3,29$). Isto não significa obrigatoriamente melhores condições de vida. Implica no

TABELA 5 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ANTES E DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA RONDONIA - 1986. *

ANTES \ DEPOIS	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO		TOTAL
	EMPREGADO	EMP/ARR/AGRI**	
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
EMPREGADO	39,4% (263)	18,1% (121)	57,5% (384)
EMP/ARR/AGRI**	11,4% (76)	31,1% (208)	42,5% (284)
TOTAL	50,8% (339)	49,2% (329)	100,0% (668)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses indicam o número de casos.

** Empregadores, arrendatários e agricultores familiares.

entanto, na ampliação das esferas de autonomia do agente social, de sentir-se minimamente, dono de parte do seu tempo. O número de empregadores é pequeno, mas há um crescimento desta categoria após a migração. Passam de 12,7% para 15,1%.

A educação formal dos chefes de domicílio é bastante reduzida. Os sem instrução atingem 31,3%, enquanto os com primário incompleto somam 43,3%. Quatro ou mais anos de estudo perfazem 25,4%. Apenas 7,4% dos chefes possuem mais que sete anos de estudo. A educação das mulheres segue o mesmo padrão, mas em níveis um pouco mais baixos.[52]

IV.3. Condições de Vida

A precariedade das condições de vida espelha-se nas condições de moradia. Em julho de 1986, 48,9% das casas tinham no máximo dois cômodos, 33,5% não possuíam paredes, possuíam paredes de palha ou madeira bruta e 29,8% eram cobertas com palha, plástico ou uma combinação dos dois. Apenas 12,1% possuíam paredes vedadas. Pouco mais de 50% das casas tinha acesso a algum poço e quase 80% não possuíam fossa. Somente 55,6% dos domicílios possuíam filtro para água (talha).

A alimentação das pessoas em geral é fraca. Basicamente

52] Dados do Censo 80 revelam que para Rondônia, entre as pessoas do sexo masculino e não apenas chefes de domicílio, 43,2% não tinham instrução, 29,8% tinham primário incompleto, 27% possuíam quatro ou mais anos de estudo e 8,4% tinham mais de sete anos de escolaridade. A não ser para os sem instrução, os dados de Rondônia são um pouco melhores do que os de Machadinho. Reunindo-se as categorias sem instrução e pessoas com até três anos de estudo, os dados para o estado e Machadinho são semelhantes: 73,0% e 74,6% respectivamente.

restringe-se a arroz, feijão e mandioca, muitas vezes sem qualquer "mistura". A formação de hortas só é possível em algumas épocas do ano e frutas nativas são muito raras.

Apesar da criação de galinhas ser bem difundida e a de porcos em menor escala, elas não são suficientes para um abastecimento contínuo. Somente 6,1% das casas possuíam alguma cabeça de gado em julho de 1986. O gado materializa uma poupança familiar anterior à mudança para o lote. Além de reduzida, após poucos meses de residência no lote, as famílias precisarão dessa poupança para quitarem dívidas contraídas com doença e desmate de floresta, ou constituirem o mínimo de recursos monetários para o abastecimento da casa.

As possibilidades de carnes de caça e pesca são restritas. Através de uma avaliação preliminar para implantação de um programa de suplementação alimentar infantil, verificou-se que nas 100 famílias entrevistadas no posto de saúde, todas possuíam algum caso de desnutrição. Em várias havia casos de desnutrição de terceiro grau.[53]

A Tabela 6 apresenta alguns dados sobre os três principais plantios perenes de Machadinho. Em 1986, mesmo para o café que era a cultura mais difundida, 36,4% dos parceleiros não possuíam nenhum pé. Os que não possuíam cacau alcançavam 56,5% e 71,0% representavam o contingente sem seringueiras. No outro extremo, os que possuíam mais de 100 pés plantados,

53] Informações fornecidas pelo enfermeiro que entrevistou as mães e examinou as crianças - Machadinho, 1986.

TABELA 6 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO POR PRINCIPAIS CULTURAS PERENES PLANTADAS NOS SEUS LOTES, SEGUNDO O TAMANHO DOS PLANTIOS - 1986. *

QUANTIDADE	CAFÉ	CACAU	SERINGA
NÃO POSSUI	36,4% (48)	56,5% (74)	71,0% (93)
POSSUI	63,6% (84)	43,5% (57)	29,0% (38)
POSSUI + DE 100 PÉS	31,8% (42)	16,0% (21)	9,9% (13)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986 (Amostra).

* Valores entre parênteses referem-se ao número de casos.

formavam um pequeno contingente. Quanto ao café, representava 31,8%, cacau 16,0% e 9,9% para a seringa.[54]

Os dados e informações sobre os plantios nos lotes dão uma idéia da fragilidade da agricultura praticada. Não refletem apenas a particularidade de Machadinho. Espelham os obstáculos impostos pelas condições de produção da região, outro elemento a estimular o nomadismo, mencionado anteriormente.

As dificuldades impostas na abertura do lote colocam a todo instante o fantasma do "fracasso iminente". Levará no mínimo seis anos de trabalho, para que um lote coberto de mata virgem, seja transformado em área de culturas perenes em produção plena. Durante este período, o lavrador terá conseguido tirar da terra apenas colheitas de lavoura branca (arroz, feijão e milho). Estas colheitas talvez nem cubram suas necessidades, em razão dos problemas de solo, adaptação de sementes, técnicas de plantio ou adversidades climáticas.

Nas novas áreas de colonização de Rondônia nem se vis-

54] Os dados acima referem-se a plantios em media com um ano, e não a culturas em produção. Estão portanto sujeitos a perdas e ainda levarão alguns anos até que produzam.

lumbra a modernização na agricultura, e os problemas já são grandes. Fearnside, em vários estudos de solos, mostrou que os projetos entregues no final da década de setenta (projetos velhos) possuíam 42,08% de suas terras em solos considerados bons para a agricultura. Nos projetos novos essas áreas não atingiam 15% e nos assentamentos planejados não alcançavam 0,13%. [55] Lisboa, comparando áreas de mata virgem e capoeira com períodos de pousio de um a quinze anos em três municípios de Rondônia, verificou que todas as áreas de capoeira apresentavam profundas modificações em relação à mata primária. A lixiviação, compactação e erosão encontradas, eram sinais claros dos limites ao uso intensivo do solo. [56]

Como mostrado em item anterior, o atendimento à saúde era precário. A nível de saúde pública o quadro era crítico. A região era considerada hiperendêmica quanto à transmissão da malária. Desde a ocupação da área sua incidência vinha crescendo e tornando-se explosiva. Dados da pesquisa de campo do CEDEPLAR acima mencionada, revelam que em julho de 1986, 90,1% da população das glebas 1 e 2 haviam sofrido de malária pelo menos uma vez na vida. Pessoas que contraíram mais de cinco malárias representavam 55,9% da população e 79,2% haviam contraído a doença pelo menos uma vez nos últimos 12 meses.

55] FEARNSIDE, Philip M. (1987) "Distribuição de Solos Pobres na Colonização de Rondônia". *Ciência Hoje* 6(33):74.

56] LISBOA, Pedro Luiz B, MACIEL, Ubirajara N. e PRANCE, Ghilleen T. (1987) "Perdendo Rondônia". *Ciência Hoje* 6(36): 48-56.

ses. Mais de 80% já haviam contraído malária em Machadinho e 7,7% estavam com malária no dia da entrevista.[57]

Ao lado da malária, estavam aumentando os casos diagnosticados de leishmaniose e tuberculose. Havia suspeita da presença de capichabas com esquistossomose na região.

IV.4. Famílias Nucleares

Seguindo a esteira do processo migratório intensificado na segunda metade da década de setenta para Rondônia, a população de Machadinho apresenta um perfil migratório familiar. Os dados revelam que os domicílios de Machadinho tinham em média 4,84 membros, sendo mediana e moda iguais a cinco. O maior domicílio possuía 13 pessoas.

A Tabela 7 apresenta outros dados sobre as famílias pesquisadas. Mais de 91% dos lotes eram ocupados apenas pela família do parceleiro. Apenas 8,9% dos lotes possuíam mais de uma família residente. Na maioria dos casos eram vizinhos ou conhecidos que aguardavam a conclusão da casa em lote próprio, significando portanto uma estadia transitória. Não havia agregados, no sentido estrito, em Machadinho.

A grande maioria dessas famílias era nuclear. Em 75,3% dos domicílios residia somente o casal, ou casal e filhos. As famílias unipessoais (somente o chefe) eram poucas, apenas

57] Esses dados são de malária auto referida, mas que demonstraram uma consistência muito grande quando confrontados com exames sorológicos. Cf. SAWYER, D.R. e SAWYER, D.R.T. O. (1987):51.

TABELA 7 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM MACHADINHO, SEGUNDO ALGUMAS VARIÁVEIS - 1986. *

VARIÁVEIS	%		% ACUMULADO	

NÚMERO DE FAMÍLIAS NO LOTE				
UMA	91,1%	(646)		
MAIS DE UMA	8,9%	(63)	100,0%	(709)
TIPO DE FAMÍLIA				
UNIPESSOAL **	10,2%	(73)		
NUCLEAR	75,3%	(540)	85,5%	(613)
EXTENSA	14,3%	(104)	100,0%	(717)
PRESENÇA DOS MEMBROS				
PARTE EM MACHADINHO	35,8%	(249)		
TODOS EM MACHADINHO	64,2%	(447)	100,0%	(696)
SITUAÇÃO DOS MEMBROS				
CHEFE	21,0%	(714)		
MULHER	17,1%	(582)	38,1%	(1296)
FILHOS	57,1%	(1942)	95,2%	(3238)
DEMAIS PARENTES	4,2%	(145)	99,4%	(3383)
OUTRAS PESSOAS	0,6%	(18)	100,0%	(3401)

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

* Valores entre parênteses referem-se ao número de casos.

** Família unipessoal refere-se a domicílio com a residência de apenas uma pessoa, no caso, o chefe.

10,2%, enquanto as extensas [58] mantinham uma participação também reduzida, 14,3% dos domicílios. Quanto aos indivíduos, chefes, mulheres e filhos perfaziam 95,2% do total. Demais parentes representavam 4,2%, enquanto outras pessoas, residindo no mesmo domicílio, apenas 0,6%.

Do total de famílias, 64,2% estavam com todos os seus membros residindo em Machadinho, enquanto 35,8% contavam com apenas parte do grupo doméstico. Entre as famílias que estavam incompletas, 74,6% delas informaram que mulher, filhos ou

58] As famílias extensas incluem, pelo menos um dos seguintes parentes do chefe de domicílio: pais, sogros, irmãos, genros, noras, cunhados ou sobrinhos.

ambos, ainda deveriam vir para o lote. Estas pessoas estavam residindo em grande parte nas cidades mais próximas, sendo 59,6% no próprio estado.

V. ANTICONCEPÇÃO EM MACHADINHO

V.1. Dados Disponíveis

Como mencionado acima, a amostra do levantamento do CE-DEPLAR de 1986 continha algumas questões sobre fecundidade e seu controle. Dos 132 questionários que a compunham (22% dos domicílios visitados nas glebas 1 e 2), 107, em média, mostraram-se aproveitáveis para o exame destas questões. Dos 25 restantes, 15 referiam-se a domicílios com apenas um morador do sexo masculino, e os dez restantes, ou não possuíam mulheres acima dos 15 anos, ou havia omissão de dados.[59]

Como a amostra era muito reduzida, foram feitos vários testes para certificar-se quanto à representatividade. De forma geral os dados mostraram-se consistentes, aproximando-se muito dos percentuais do Censo Demográfico de 1980 para a área rural de Rondônia. Para algumas faixas etárias encontraram-se grandes variações. Nestas faixas havia poucos casos, ocorrendo no desdobramento de algumas variáveis uma única ocorrência. Isso autoriza a avaliação de que estas oscilações decorrem mais do pequeno número de casos do que propriamente de problemas amostrais. O grupo 25-34 anos apresentava o maior contingente de mulheres, o que permitiu desagregar os dados segundo algumas variáveis. Novamente verificou-se uma coerência muito grande. Como esse grupo concentra grande parte das mulheres com alta taxa específica de fecundidade, as

59] Neste trabalho, fora menção explícita, foram considerados somente os 90 casos de mulheres de 15-49 anos unidas.

informações disponíveis permitem um melhor aproveitamento.

V.1. Usuárias

A idade mediana das mulheres pesquisadas era 27,0 anos. O número médio de anos de estudo era 1,6.[60] Divididas em 3 grupos, a educação formal das mulheres apresentava o seguinte quadro: 41,8% não possuíam nenhuma instrução, 44,6% de um a três anos de estudo e 13,6% quatro ou mais. Somente 4,5% tinham uma escolaridade igual ou superior a sete anos.

Das 90 mulheres na faixa de 15-49 anos, 32 tinham usado algum meio anticoncepcional antes da mudança para Machadinho, enquanto 34 mulheres o faziam após a chegada. Somente as mulheres de 15-44 anos utilizaram ou estavam se valendo de algum meio anticoncepcional. Na faixa de 15-19 anos, três entre cinco mulheres tinham uma experiência com contraceptivos. Entre as dez mulheres de 40 e 44 anos, apenas duas controlavam a fecundidade em Machadinho.

O fato de haver mulheres já no início do período reprodutivo controlando a fecundidade, pode apontar para uma mudança no comportamento das diferentes coortes quanto à reprodução. Um depoimento aponta nesta direção:

Uma senhora de 49 anos de idade, criada em grande parte no interior da Bahia, nunca fez nada sistematicamente para controlar sua fecundidade. Quando ainda jovem, ouvia dizer

60] Segundo o Censo de 1980, as mulheres de Rondônia tinham em média 2,2 anos de estudo.

que banhos de salmoura eram bons para evitar filhos. No entanto, algumas mulheres diziam que a salmoura prejudicava a saúde. Teve o primeiro filho aos 22 anos, alguns meses após se ter casado, e o último aos 38 anos. Ao todo teve 10 filhos, dos quais oito estavam vivos quando da entrevista. Com exceção do penúltimo parto, assistido pelo marido, todos os demais foram acompanhados por parteira. Todos os filhos foram amamentados durante um ano. O segundo filho faleceu com dois meses e meio. Na sua visão, morreu de "quebranto nas tripas". Perdeu outro filho em acidente.

Segundo a entrevistada, teve os filhos que a natureza permitiu, pois acredita que cada mulher tem uma determinada capacidade procriativa. Esse potencial reprodutivo é bastante variável. Há mulheres que têm filhos até os cinquenta anos, enquanto outras têm apenas dois filhos. Conheceu mulheres que fizeram de tudo para conceber e nunca engravidaram. Encara isso como "mistérios da natureza".

Apesar de nunca ter-se valido de métodos anticoncepcionais, "por ser muito ativa e interessada em tudo", como ela mesma se auto-avaliava, sabia que hoje em dia existem a pílula, cirurgia e preservativo. A sua posição frente ao controle da fecundidade era muito ambígua. Reconhecia, por um lado, que a mulher sofre com partos seguidos e, por isso, tem de tomar providências. Por outro, achava que era uma agressão muito grande à própria natureza.

O marido, em conversa particular, dizia-se meio avesso a

esses assuntos. Afirmava que, apesar de ter ouvido falar muito da "calcinha" (cóndon), nunca manuseou um exemplar. Quanto à pílula, era terminantemente contrário à sua utilização. Na sua opinião, provocava intoxicação sendo portanto prejudicial à saúde. Além disso, reconhecia na família grande um benefício no trato dos plantios. Seus 12 irmãos foram muito importantes para seu pai, e os seus dez filhos ajudaram muito. Afirmava que precisava ter uma conversa séria com as filhas casadas, pois tinha informação que estavam tomando pílulas.

As filhas moravam em cidade distante mais de 150 km e, portanto, raramente vinham visitar os pais. Nunca foi possível uma conversa direta com elas, mas as informações transmitidas pela mãe, demonstram que as filhas tinham outra visão do uso de anticoncepcionais.

As filhas casaram-se bastante jovens. Uma delas, com 21 anos tinha dois filhos. A outra, aos 22 anos, tinha quatro filhos em duas uniões. Viviam na cidade pois os maridos não possuíam lote, mas ambas tinham como objetivo voltar à área rural. Um dos genros cansado de esperar por novos assentamentos oficiais, estava procurando alguma terra para compra.

Segundo a entrevistada, suas filhas afirmavam valerem-se de métodos hormonais, pois os filhos vieram muito cedo e com um espaçamento muito curto, desgastando-as e dando muito trabalho. Aparentemente não tinham problemas com o uso da pílula e encaravam seu uso como o de outros medicamentos. A mais velha não pretendendo ter mais filhos, queria ser esteriliza-

da. Foi desaconselhada pelo médico por ser muito jovem.[61]

A mudança para Machadinho não significou uma modificação quanto à prática contraceptiva. Das 90 mulheres na faixa de 15-49 anos, 79 continuaram com o mesmo comportamento frente ao controle da fecundidade (28 usavam antes e continuaram depois, enquanto 51 não faziam nada antes e assim permaneceram).[62] Somente 11 mulheres mudaram sua prática. Quatro mulheres que usavam deixaram de fazê-lo, enquanto sete que antes da transferência para Machadinho nada, faziam passaram a adotar algum meio anticoncepcional.[63]

A faixa de 20-34 anos concentra três dos quatro casos de interrupção na utilização de práticas contraceptivas. Os dados não revelam os motivos de mudança nas práticas quanto ao controle da fecundidade. No entanto, o fato de três casos estarem na faixa etária que abrange o período de maiores taxas específicas de fecundidade, pode significar a interrupção devido a uma gravidez. Uma dessas mulheres foi localizada em meados de 1987, quando de uma outra visita à área de pesquisa. Ela havia tido mais um filho e o uso de pílulas foi interrompido pois passou a sentir-se mal, principalmente com

61] Informações de depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

62] Parece elevado o número de mulheres que nunca utilizaram métodos contraceptivos, se considerarmos que a população é bastante jovem e veio de regiões onde o controle da fecundidade está largamente disseminado. No Brasil em 1986, apenas 27% das mulheres de 15-54 anos unidas não usavam meios anticoncepcionais. Cf. BERQUO, E. (1989):1.

63] Para maior clareza, veja esses dados ao lado de outros nas Tabelas 9.1 e 9.2.

enjôos. Não havia como certificar-se, mas é possível que esse mal-estar fosse da gravidez já em curso.

Para os outros casos não há informações. No entanto, a partir do acima relatado, a possibilidade de uma nova gravidez ganha consistência. Assim, a tendência já anteriormente apontada saíria reforçada: a prática com referência ao controle da fecundidade não sofria interferência significativa, pela mudança em si, para o Projeto Machadinho. Ela já estaria anteriormente definida, talvez com a migração para Rondônia.

É o caso de uma trabalhadora entrevistada. Aos 25 anos, com quatro gestações e três filhos vivos, controlava a fecundidade desde os 21 anos. A pílula foi o método escolhido. A decisão foi tomada poucos meses antes de sair do Sul para Rondônia. Os motivos alegados são bastante claros: sabia que a família teria uma vida bastante dura e que um recém-nascido traria muito trabalho e despesa. Com a mudança da cidade de Ariquemes para o lote, continuou com a prática contraceptiva. Ela e o marido esperavam dias ainda mais difíceis. Estavam tomando posse de um lote abandonado e não tinham nenhuma certeza quanto ao futuro. Além disso, sem o trabalho de todos, incluindo o das crianças, não conseguiriam abrir o lote. Dois anos após a chegada a Machadinho, a situação era mais estável e a família já possuía o reconhecimento da posse pelo INCRA. O casal sentia que a vida era ainda muito difícil, mas já falava em, futuramente, voltar a ter filhos, "quantos a natureza permitir". O ânimo maior era da parte do marido que vem

de uma família de 13 filhos, cujo pai tinha 15 irmãos. A entrevistada já não esperava tantos, mas afirmava que passado esse momento mais apertado, gostaria de ter mais filhos.[64]

V.3. Métodos Utilizados

Quanto aos métodos utilizados, as mulheres de Machadinho refletem com muita clareza o quadro encontrado para todo o país.[65] A Tabela 8 apresenta o panorama da anticoncepção das mulheres na faixa de 15-54 anos para o Brasil, algumas

TABELA 8 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS USANDO CONTRACEPTIVOS PARA O BRASIL, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MACHADINHO, SEGUNDO OS MÉTODOS UTILIZADOS - 1986. *

METODO	** MACHAD.	RONDÔN.	AMAZON.	PARANÁ	SPAULO	BRASIL
ESTERILIZAÇÃO	51,4	50,6	55,4	42,8	38,4	44,4
PÍLULA	40,0	37,9	35,6	45,5	39,4	41,0
VASECTOMIA	-	1,1	0,7	1,5	2,5	0,9
DIU	-	2,3	0,3	1,0	1,2	1,5
PRESERVATIVO	-	-	0,3	1,8	3,8	1,8
INTERRUPÇÃO	2,9	-	0,4	2,0	4,5	2,5
TABELA	5,7	8,1	6,3	3,6	7,5	6,2
OUTROS	-	-	1,0	1,8	2,7	1,7
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fontes: FIBGE - PNAD-86 Resultados Preliminares [66]

CEDEPLAR - Levantamento 1986 (dados de Machadinho).

* Valores em percentual.

** Total de casos em Machadinho 35 (Esterilização 18, Pílula 14, Interrupção 1 e Tabela 2).

64] Informações de depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

65] Os dados abaixo utilizados são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados). Com exceção dos dados de Rondônia, os demais foram extraídos de BERQUO, E.(1989).

66] Os dados desta tabela referentes aos estados e ao Brasil, bem como os das Tabelas 11, 12, 13 e 14, são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados).

unidades da federação e Machadinho.[67] Os Estados do Paraná e São Paulo foram incluídos por representarem a residência anterior, antes da ida a Rondônia, do maior contingente de migrantes que, em 1986, residia em Machadinho. Rondônia, como também Machadinho, segue o padrão brasileiro marcado pela concentração massiva de esterilizações, vindo em seguida os métodos hormonais. Métodos tradicionais como coito interrompido e tabela têm uma utilização muito baixa. Para Machadinho, apenas três em 35 casos.

As Tabelas 9.1 e 9.2 trazem o padrão da anticoncepção, antes e depois da ida a Machadinho, para o grupo de mulheres de 15-49 anos. O número de casos é muito pequeno não permitindo grandes inferências. A contraposição tradicional/moderno nos dois momentos pouco se altera. Chama a atenção o elevado número de esterilizações e o fato de ser a única categoria que ampliou de maneira significativa o número de casos.

Das 17 mulheres que estavam esterilizadas em Machadinho, quatro o fizeram após a mudança. Entre estas novas esterilizações, uma refere-se a mulher com 19 anos, duas a mulheres na faixa de 25-34 anos e a última à faixa de 35-44 anos.[68]

O tempo de residência dessas mulheres em Machadinho era pequeno. As três mulheres entre 19-34 anos residiam há menos

67] Para a comparação com os dados preliminares da PNAD-86, os de Machadinho incluem as mulheres de 15-54 anos.

68] Se forem incluídas as mulheres até 54 anos, o total de esterilizações sobe para 18, das quais cinco realizadas após a mudança para Machadinho.

TABELA 9.1 - MULHERES DE 15-49 ANOS UNIDAS E SUAS PRÁTICAS CONTRACEPTIVAS ANTES E DEPOIS DA MUDANÇA PARA MACHADINHO - 1986.

ANTES \ DEPOIS	NÃO USA	USA MÉTODOS		TOTAL
		TRADICIONAIS	MODERNOS	
NÃO USA	51	1	5	57
USA MÉTODOS				
TRADICIONAIS	-	2	-	2
MODERNOS	4	-	26	30
TOTAL	55	3	31	89

TABELA 9.2 - MULHERES DE 15-49 ANOS UNIDAS E QUE UTILIZAVAM ALGUM CONTRACEPTIVO ANTES E DEPOIS DA MUDANÇA PARA MACHADINHO, SEGUNDO O MÉTODO USADO - 1986.

MÉTODO	ANTES	DEPOIS
ESTERILIZAÇÃO	13	17
PILULA	15	14
DIU	2	-
TABELA	1	2
OUTRO	1	1
TOTAL	32	34

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986.

de dois anos, e a na faixa de 35-44 anos só há três meses.

Não há informações sobre as datas de realização das esterilizações. No entanto, o fato de uma delas ter ocorrido com menos de três meses de residência, pode reforçar duas hipóteses já mencionadas: 1) A ida para Machadinho, por si só, não foi um fator determinante na mudança das práticas contraceptivas; ela estava anteriormente definida e, 2) As adversidades da fronteira, ainda mais reforçadas em Machadinho, podem até certo ponto, ter contrabalançado as condições propiciadoras de altos níveis de fecundidade.

Analisando-se a utilização de anticoncepcionais segundo

o número de filhos nascidos vivos, verifica-se que o maior contingente de usuárias concentrava-se nos grupos de mulheres com três a quatro filhos (nove em um total de 25 mulheres) e com cinco a sete (nove em dezessete). Juntas concentravam 18 das 32 mulheres que controlavam a fecundidade antes de Machadinho, e 20 das 34 que o faziam depois.

V.4. Anticoncepção - Educação e Recursos

A Tabela 10 apresenta um conjunto de dados para a faixa etária de 25-34 anos. A parturição encontrada para este grupo é de 4,0 filhos.[69] Para as 37 mulheres desta faixa, nota-se que a mudança para Machadinho revelou uma modificação muito pequena quanto à utilização de anticoncepcionais. O número de usuárias passou de 15 para 16. Como pode-se notar, o grupo de mulheres com até um ano de estudo, apresentava uma utilização de anticoncepcionais bem inferior, quando comparado com as de dois ou mais anos. Este diferencial bem marcado, reflete-se no percentual de mulheres com filhos nascidos no último ano. Enquanto quatro das 14 mulheres com até um ano de estudo, tiveram filhos no ano anterior, para o grupo de maior escolaridade, foram duas de um total de 23. A parturição responde segundo o uso de anticoncepcionais.

Como indicador econômico, foi utilizado o volume de recursos trazido pelo parceleiro quando da mudança para Macha-

69] A parturição calculada a partir do Censo de 1980 para a área rural de Rondônia é de 3,9 filhos.

TABELA 10 - MULHERES DE 25-34 ANOS UNIDAS POR PARTURIÇÃO, USO DE ANTICONCEPCIONAIS ANTES E DEPOIS DA CHEGADA A MACHADINHO E PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHO NO ANO ANTERIOR, SEGUNDO EDUCAÇÃO E NÍVEL ECONÔMICO - 1986. *

VARIAVEIS	PARTURIÇÃO (FILHOS)	ANTICONCEPÇÃO ANTES	DEPOIS	MULHERES C/FIL ANO ANTERIOR
TOT. DE MULHERES	4,0	40,5% (15)	43,2% (16)	16,2%
EDUCAÇÃO				
ATE UM ANO	5,1	14,3% (2)	21,4% (4)	28,6%
MAIS DE UM ANO	3,3	56,5% (13)	65,2% (15)	8,7%
RECURSOS				
MENOS DE 6 MESES	3,9	34,6% (9)	38,5% (10)	19,2%
6 MESES E MAIS	3,7	63,6% (7)	63,6% (7)	9,1%

Fonte: CEDEPLAR - Levantamento 1986

* Valores entre parênteses indicam número de casos.

dinho.[70] Entre as duas categorias, recursos para menos de seis meses e recursos para seis meses e mais, os com maior volume de recursos apresentavam maior utilização de contraceptivos. O percentual de mulheres que teve filhos no último ano revela o mesmo quadro. Quanto à parturição, verifica-se uma diferença muito pequena para os dois grupos: 3,9 filhos para o de menos recursos, contra 3,7 filhos para o outro.

V.5 Assistência à Mulher

Como visto anteriormente, o acesso aos serviços de saúde em Machadinho era bem restrito. No entanto, no caso das ges-

70] Como as cifras monetárias significam muito pouco em uma economia de alta inflação e num contexto agrário pobre e até certo ponto distanciado do mercado, foi indagado ao parceleiro o seguinte: "Quando o senhor mudou para Machadinho, o senhor tinha recursos para aguentar quantos meses?" A naturalidade e rapidez com que as pessoas respondiam a questão, demonstrou a pertinência da sua formulação.

tantes, mesmo os poucos serviços disponíveis eram pouco demandados. Apesar do enfermeiro estar capacitado a realizar um pré-natal com os exames de rotina, eram raras as mulheres que compareciam mensalmente às consultas. Mesmo no núcleo urbano o acompanhamento era muito limitado.

Segundo o enfermeiro, as tentativas de atender as mulheres da área rural nos postos de saúde mais próximos em datas anteriormente acertadas, mostraram-se pouco frutíferas. O comparecimento era muito reduzido. As mulheres alegavam impossibilidade de deixar os trabalhos domésticos ou da roça e dificuldades/custo do transporte. As consultas de pré-natal eram em geral realizadas quando as mães traziam filhos doentes ao posto. Neste dia, aproveitava-se a presença da gestante, garantindo um acompanhamento mínimo.

Falando do atendimento às gestantes, o enfermeiro afirmava que elas demonstravam pouco interesse nos exames em si. Saíam frustradas caso não lhes fosse dado algum fortificante.

Depoimentos das gestantes, demonstram um reconhecimento quanto à atenção a elas dispensada pelo enfermeiro. Falavam explicitamente da sua competência. No entanto, percebia-se de maneira muito velada, uma decepção em serem acompanhadas por um enfermeiro. Elas gostariam de ser atendidas por um médico.

No período de maio a dezembro de 1985 ocorreram 16 partos no posto de saúde do núcleo urbano. Foram realizados pelo enfermeiro, contando algumas vezes com o auxílio de uma par-

teira.[71] As condições eram precárias e os equipamentos de suporte eram os básicos de atendimento ambulatorial. Quando as gestantes chegavam ao posto, em geral já haviam iniciado o trabalho de parto, impossibilitando uma remoção. Todos os partos foram normais.

O "sucesso" na realização destes partos criou uma expectativa de que o posto de saúde pudesse realizar todos os partos. A partir desse fato e com o aumento do número de gestantes, desde o início de 1986 adotou-se a recomendação de que os partos fossem realizados nos hospitais das cidades próximas.[72] Segundo o responsável, os encaminhamentos eram expedidos com antecedência. Nos casos de gravidez de risco, estimulava-se que a partir do sétimo mês houvesse um acompanhamento de médico do hospital escolhido para a realização do parto. Mesmo assim, ainda surgiam mulheres que acabavam sendo encaminhadas para a unidade de malária. Em alguns casos houve a necessidade de cesáreas. Na avaliação de todos os profissionais da área, os riscos eram enormes. Não havia instrumentos apropriados e a assepsia adequada da sala era impraticável.

Dados sobre os partos dos últimos nascidos vivos, revelam essa pequena presença do médico. Verifica-se também, que o peso médio dos recém-nascidos está abaixo dos níveis consi-

71] Segundo levantamento do enfermeiro, havia em Machadinho quatro parteiras leigas, todas "reconhecidas", mas até onde sabia não realizaram partos sozinhas depois de sua chegada.

72] Em 1986, a cidade mais próxima de Machadinho era Jarú, distante 150 km.

derados bons. A comparação com o resultado de partos, do mesmo conjunto de mulheres, ocorridos em outro local de Rondônia, revela a piora após a ida das mães para Machadinho.

Dos 13 partos ocorridos em Machadinho e para os quais há informações,[73] apenas três foram assistidos por médico. Os demais foram realizados, em igual número, por parteiras ou familiares. O número de casos é pequeno, mas o fato destes partos assistidos por médico terem ocorrido com mulheres acima dos 30 anos (dois dos quais com gestantes com mais de 35 anos), pode sugerir uma tendência à procura de médico em gravidez de maior risco. Dado o risco ou uma complicação comprovada, não haveria como fugir aos cuidados de um médico, mesmo que isso representasse um elevado ônus para a família.

Quanto ao resultado dos partos, os dados mostram que a ida para Rondônia acarretou uma piora, agravada ainda mais com a transferência para Machadinho.[74] Para os 13 partos ocorridos em Machadinho, sete deles resultaram em bebês com menos de 3,1kg. Isso parece indicar uma piora na saúde da mulher. Talvez este seja um indicador da queda na qualidade das condições de vida da família, no período marcado pela mudança, procura, abertura e implementação do lote.

73] Confrontando a data de chegada da família em Machadinho e a data de nascimento de seus membros, verifica-se que para o período de maio de 1984 a julho de 1986 nasceram 64 crianças em 717 domicílios pesquisados nas glebas.

74] O resultado da gravidez foi avaliado pela informação da mãe, quanto ao tamanho da criança ao nascer. Crianças com 3,1 kg ou mais foram consideradas grandes. As demais foram classificadas em pequenas e médias.

Não há como negar que as condições de vida, e em particular de saúde, em Rondônia são piores do que no centro-sul do país. No entanto, o acima exposto tem de ser tomado com certa cautela. Primeiramente, porque o número de partos é muito reduzido e, em segundo lugar, por Rondônia para algumas famílias, representar um melhor acesso a determinados serviços. É o caso de uma entrevistada.

Antes de vir para Rondônia, uma senhora morava em área rural do Paraná. Nos últimos anos da sua estada no Sul cuidava, juntamente com o marido e filhos, de uma plantação de fumo. Ao todo teve 10 filhos, dos quais 7 estavam vivos. Os oito primeiros filhos os teve no Paraná. Sua mãe sempre a assistiu nos partos, pois não havia médico na localidade.

Segundo a entrevistada, os três filhos que perdeu, morreram no Paraná pela falta de assistência médica. O primeiro que faleceu foi fruto da terceira gestação. A menina com um ano, faleceu de uma febre muito forte. Pela sua avaliação a criança deve ter morrido de "crise de bichas" (verminose). Não havia médico nem laboratório para fazer algum exame mais acurado. As outras duas mortes foram de crianças de duas gestações na virada da década (1979-80). Uma morreu com poucos dias, de "mal do umbigo" (tétano). Não havia vacinação na região em que moravam. A outra, morreu com seis meses de uma infecção generalizada. Só foi assistida pelo médico dias antes da morte, quando não havia mais o que fazer.

Em Rondônia teve seus dois últimos filhos. Morando na

cidade de Ariquemes, fez o pré-natal com consultas mensais nas duas ocasiões. Os partos foram assistidos por médicos do hospital da rede pública. A entrevistada é enfática em afirmar que a vinda para Rondônia representou um melhor atendimento à saúde para toda a família. Mesmo para as mulheres que moram nas linhas em Machadinho, a situação é melhor do que na localidade onde morava no Paraná. Lá não havia, nem posto de saúde e muito menos médico por perto.[75]

Confrontando-se o resultado do parto com quem assistiu a mãe, não se verifica nenhuma correlação. Apesar do pequeno número de casos, eles parecem apontar que a assistência mais especializada não implica em melhor resultado. Este fato, em parte, reflete o pequeno acesso aos serviços de saúde. A realização do parto por um médico não significa que tenha ocorrido um pré-natal. Talvez esta assistência médica revele, como acima já se sugeriu, casos de maior risco.

A vida de uma entrevistada permite algumas inferências nesta linha. Com 19 anos, tinha dois filhos e estava grávida do terceiro. O primeiro pré-natal realizou-se com consultas mensais. Morava em uma cidade de Rondônia e o hospital ficava próximo. Na hora do parto, o médico optou por uma cesárea. O trabalho de parto não evoluía e quase que a criança morreu.

O segundo pré-natal foi feito com consultas trimestrais.

[75] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986. Este parece ser também o caso de áreas do sul de Minas Gerais. Segundo o enfermeiro de Machadinho que trabalhou nesta região, muitos municípios não ofereciam à população um atendimento como o dado em Rondônia.

A entrevistada residia em lote próximo à cidade, mas o transporte era ruim e caro. O acompanhamento foi feito pelo médico que a assistiu durante a primeira gestação. Optou pelo atendimento em seu consultório particular, pois havia sofrido muito com a outra gestação. Queria portanto, um atendimento melhor. Além disso, o médico já a alertara das suas limitações físicas e complicações renais. Novamente realizou-se uma cesárea e desta vez teve problemas que por pouco, não acarretaram uma parada cardíaca. O espaçamento entre os partos foi de pouco mais de um ano.

Influenciada pelo médico e estimulada pelo marido que viu seu sofrimento, passou a tomar pílulas. Nesta época foi constatado que tinha diabetes. Logo após mudou-se para o lote em Machadinho, e ainda durante alguns meses seguiu as recomendações médicas. Foi relaxando com o tratamento e devido à distância, acabou não mais fazendo o acompanhamento clínico.

Depois de um ano não seguia mais a dieta e estava bem mais gorda. Parou de tomar pílulas alegando indisposição e esquecimento constante. Algum tempo depois estava grávida. Como tinha muita confiança no médico que a assistira nas vezes anteriores, foi procurá-lo no quarto mês de gravidez.

De acordo com a entrevistada, o médico a achou muito gorda, constatou que os problemas renais e da diabetes haviam piorado e que a gravidez representava um certo risco, apesar de seus 20 anos. Solicitou que fosse feito um acompanhamento mensal e que seguisse à risca, uma dieta e tratamento com

medicamentos. Até o final do sétimo mês não havia voltado ao médico e, como ela mesma afirmava, a dieta não era respeitada, apenas ingeria os remédios.[76]

Na volta ao campo em 1987, o casal não residia mais em Machadinho. Segundo vizinhos amigos, eles tinham vendido o lote para pagar o parto (cesárea). A criança tinha nascido bem, mas a mãe havia sofrido muito. Não souberam informar se a mãe havia sido esterilizada.

V.6. Esterilizações - Razões Alegadas

Em entrevista, o enfermeiro deixou claro que, se por um lado a preocupação com o acompanhamento da gestação era relegado a segundo plano, por outro, o interesse em evitá-la era um assunto recorrente entre as mulheres que iam ao posto.[77] Desde as mais jovens até as com muitos filhos, todas queriam uma orientação. Os motivos frequentemente alegados eram: já ter muitos filhos, "estar muito acabada", e dificuldades financeiras que não permitiam a ampliação da família.

Infelizmente não há dados sobre o motivo das esterilizações das mulheres de Machadinho. No entanto, as informações acima coincidem muito com os dados da PNAD-86 mostrados na Tabela 11. Como pode-se ver para Rondônia, 40% das mulheres

76] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

77] Uma senhora falando de sua vizinha que tomava pílulas, assim se referiu a ela: "toma prá não ter filho mesmo. Baixando as malárias [nível de transmissão] ela vai continuar não querendo mais filho."

esterilizadas indicavam como motivo já ter o número desejado de filhos. A categoria "problemas de saúde" que aparece em segundo lugar com 26,7%, possivelmente reflete em parte esse desgaste mencionado. O terceiro motivo mais citado, "muitas cesáreas" (15,4%), apresenta valores muito elevados se comparados com os outros dois contextos. Representa mais do que o dobro do percentual encontrado para o país, e muito acima do nível de São Paulo. A questão financeira aparece como motivo para 11,1% das mulheres entrevistadas. Também neste item, o valor é comparativamente bem mais elevado. Por um lado, isso deve indicar as dificuldades e carências da população migrante. Por outro, no entanto, é curioso pois demonstra que mesmo na fronteira, onde se esperaria um custo mais baixo dos filhos, ele já surge como um elemento importante.

O enfermeiro afirmava que a maioria das mulheres refe-

TABELA 11 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS EM RONDÔNIA, SÃO PAULO E BRASIL, SEGUNDO AS RAZÕES ALEGADAS PARA A ESTERILIZAÇÃO - 1986. *

RAZÕES	RONDÔNIA	SÃO PAULO	BRASIL
MUITAS CESÁREAS	15,6	8,3	7,2
PROBLEMAS DE SAÚDE	26,7	38,7	43,4
QUESTÃO FINANCEIRA	11,1	5,6	8,4
QUESTÃO DE IDADE	2,2	2,7	1,8
JÁ TEM NÚMERO DESEJADO DE FILHOS	40,0	43,9	37,7
OUTROS	4,4	0,8	1,4
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FIBGE - PNAD-86 Resultados preliminares.[78]

* Valores em percentual.

78] Os dados desta tabela referentes aos estados e ao Brasil, bem como os das Tabelas 8, 12, 13 e 14, são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados).

ria-se à laqueadura como o método anticoncepcional mais desejado. O principal motivo que justificava a escolha era a falta de compreensão por parte dos maridos. Eles não se preocupavam com a questão, descarregando sobre as mulheres toda a responsabilidade. Queriam portanto um método prático, confiável e que não contasse com a participação do parceiro.

V.7. Esterilização - Local e Condições

A Tabela 12 apresenta a distribuição das mulheres esterilizadas, segundo a instituição onde realizaram a cirurgia. O perfil de Rondônia também é marcado pelo elevado peso das instituições particulares. Bem abaixo vêm os órgãos públicos (exceto INAMPS). Isto demonstra o pequeno peso dos convênios da previdência social no estado.[79]

As instituições particulares acima mencionadas, não querem dizer obrigatoriamente "clínicas de planejamento familiar". Muitas vezes referem-se a médicos que com consultórios muito precários, são as únicas autoridades médicas em uma ampla área. Atendem em geral todos os casos que aparecem, inclusive as esterilizações.

Neste particular, é elucidativo o caso de um médico de Machadinho. Atendia qualquer caso e a qualquer hora. Com o intuito de formar sua clientela, criou facilidades de pagamento, principalmente para as pequenas cirurgias.

79] A maior participação dos órgãos públicos federais na área de saúde em Rondônia está sob a esfera do Ministério da Saúde, através da SUCAM e da Fundação SESP.

TABELA 12 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS EM RONDÔNIA, SÃO PAULO E BRASIL, SEGUNDO O LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO - 1986. *

LOCAL	RONDÔNIA	SÃO PAULO	BRASIL
HOSP. CLÍNICA OU CONSUL. PARTIC.	74,5	68,0	66,2
UNID. SAÚDE PÚBLICA-EXCETO INAMPS	20,9	4,5	5,8
UNID. DE SAÚDE-INAMPS/CONVENIADA	2,3	24,1	23,4
OUTROS	2,3	3,4	4,6
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FIBGE - PNAD-86 Resultados Preliminares.[80]

* Valores em percentual.

Uma senhora que há algum tempo pretendia esterilizar-se, animou-se com as condições oferecidas. Após entendimentos, conseguiu que praticamente todas as despesas fossem cobertas por um seguro-saúde que possuía. Apesar de toda precariedade da "sala de cirurgia", a recuperação da paciente foi rápida e sem nenhuma complicação. A partir disso, correu de boca em boca que o médico era ótimo e fazia até esterilização. Entre as mulheres comentava-se que era garantido. Afirmavam que, se a paciente que possuía uma experiência profissional prévia na área de saúde e, portanto, era capaz de avaliar os riscos, havia se submetido à cirurgia, não havia motivos a temer. Algumas mulheres chegavam a dizer que caso tivessem os gastos cobertos, não hesitariam em fazer o mesmo.[81]

A Tabela 13 relaciona os dados sobre o pagamento, ou não, das esterilizações para Rondônia, São Paulo e o Brasil.

80] Os dados desta tabela referentes aos estados e ao Brasil, bem como os das Tabelas 8, 11, 13 e 14, são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados).

81] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

TABELA 13 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS EM RONDÔNIA, SÃO PAULO E BRASIL SEGUNDO PAGAMENTO, OU NÃO, DA ESTERILIZAÇÃO - 1986. *

ESTERILIZAÇÃO	RONDÔNIA	SÃO PAULO	BRASIL
GRATUITA	30,2	34,5	43,0
PAGA	69,8	65,5	56,3
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FIBGE - PNAD-86 Resultados Preliminares.[82]

* Valores em percentual.

Rondônia, assim como outros estados do país, apresenta um grande número de esterilizações feitas gratuitamente. No entanto, o percentual de esterilizações pagas é bem superior ao nível encontrado para o país e mesmo acima do de São Paulo.

Os dados preliminares da PNAD-86 mostrados na Tabela 14, revelam que, assim como para o restante do país, em Rondônia as esterilizações ocorrem na grande maioria no último parto (79,1%), em geral após uma cesárea.

As informações sobre as mulheres de Machadinho, foram examinadas à luz desta situação encontrada para o estado. Confrontou-se a assistência ao último parto com os casos de esterilização ocorridos após a mudança para o lote. Os dados mostram que das quatro esterilizações, duas podem ter ocorrido no último parto, pois as gestantes foram assistidas por médico. A fala insistente de uma mulher de Machadinho com 36 anos, grávida do sexto filho, reforça esta possibilidade:

"se eu tivesse montão de dinheiro, ia prá Ariquemes ter o menino e já fazia todos os amarrinhos. Não ia

82] Os dados desta tabela referentes aos estados e ao Brasil, bem como os das Tabelas 8, 11, 12 e 14, são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados).

mais preocupar com menino no bucho".[83]

TABELA 14 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS EM RONDÔNIA, SÃO PAULO E BRASIL, SEGUNDO A REALIZAÇÃO, OU NÃO, DA ESTERILIZAÇÃO NO ÚLTIMO PARTO - 1986. *

ESTERILIZAÇÃO	RONDÔNIA	SÃO PAULO	BRASIL
ÚLTIMO PARTO	79,1	83,0	74,7
OUTRA OCASIÃO	20,9	17,0	24,6
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FIBGE - PNAD-86 Resultados Preliminares.[84]

* Valores em percentual.

83] Depoimento recolhido pelo autor - Machadinho, 1986.

84] Os dados desta tabela referentes aos estados e ao Brasil, bem como os das Tabelas 8, 11, 12 e 13, são resultados preliminares da PNAD-86 (ainda não publicados).

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mostrado, os migrantes que estão ocupando Rondônia deparam-se com um quadro de instabilidade que atinge todas as áreas da vida. Foram à fronteira dispostos a vencer e reverter fracassos anteriores. Vieram atrás de um lote, de terra própria, confiantes que a condição de proprietário os colocaria em outro patamar. Mas para a maioria, os anos em Rondônia não têm representado melhores condições de vida.

Vivem as ambigüidades de uma localidade nova e atrasada, que integra um processo de ocupação mais amplo e moderno da sociedade brasileira. A todo instante a família defronta-se com os descompassos intrínsecos a essa realidade.

Habitam uma área de floresta com poucos recursos, muito semelhante a terras isoladas que desbravaram e ocuparam em outras regiões do país, como o Paraná e o Centro-Oeste. Mesmo assim, estão ligados às áreas mais desenvolvidas do país, pelos sistemas de comunicações e redes de transporte. Muitos dos migrantes hoje embrenhados na mata, foram para Rondônia após uma etapa migratória em centros urbanos de médio e grande porte. Tiveram acesso à infra-estrutura de serviços urbanos esperando, até certo ponto, que a um só tempo esse urbano acabado se instaure em local até então virgem e desabitado.

Apesar de criados na roça, muitos parceleiros trabalharam em indústrias e incorporaram valores e rotinas do meio urbano. Agora em meio rural selvagem, defrontam-se com a necessidade de readaptação ao novo contexto. Como relatou um

trabalhador entrevistado,

"muita gente do Machadinho veio da cidade e não está acostumado com o jeito da roça. Viviam de salário, dinheiro no bolso prá comprar as mercadorias. No roçado, o caboclo tem de ver o futuro nas plantas, sabê que ali tem arroz prô ano, dali sai uma mistura....a lavagem engorda umas cabeça de porco, muda de fruta hoje é dali uns tempo pomar grande....e têm mais coisa, porque trabalho na lavoura não tem limpeza, macacão da firma, hora certa de entrada e saída, almoço em refeitório. Lidando na lavoura, a gente usa os trapo velho de roupa,... foi limpá uma quicaca sai todinho sujo, pega sol brabo e chuva direto, não tem hora certa de trabalho e quando o sol vai afirmando o parceleiro tá findando uma tarefa. A semana tem sete dias, descansando cuidando de criação e na colheita faz semana de oito dias prá vencer o plantio. Não tem férias e nunca vi lavrador ganhar bonu de final de ano. A gente é por conta. Gente acomodada com carteira assinada não vence a roça, a roça acaba desacorçoando essa gente."[85]

Os parceleiros possuem culturas de subsistência. Investem também em produtos para comercialização no mercado com maior retorno, como café, cacau, borracha e guaraná. Vivem relações de produção que entrelaçam traços de uma economia tradicional com realidades baseadas em relações de mercado.

Os elementos acima mencionados, revelam um quadro dinâmico e em transformação na fronteira. Essa situação refletirá no nível familiar em diferentes esferas, entre elas a fecundidade, criando um panorama de perplexidade.

No caso de Machadinho, sua ocupação ocorre no período em que no país como um todo, verifica-se uma acentuada transição na fecundidade. Mais do que isso, grande parte da população de Machadinho veio de regiões que tinham níveis de fecundida-

85] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

de bem abaixo dos de Rondônia e que estavam em queda.

As informações e dados reunidos neste trabalho não são conclusivos. No entanto, mostram que o comportamento reprodutivo da família na fronteira, já não responde de maneira clara, aos estímulos à fecundidade elevada. Práticas contraceptivas trazidas, na grande maioria, na bagagem dos casais jovens provenientes de regiões mais desenvolvidas, permanecem.

Apesar da proporção de usuárias ser inferior à do país, a distribuição entre os métodos segue o padrão nacional: concentração nos chamados métodos modernos, com predomínio da esterilização. O controle da fecundidade é mais freqüente entre as mulheres com maior instrução e maiores recursos financeiros. O limitadíssimo acesso a serviços de assistência à saúde da mulher na fronteira, parece responder em grande parte pelo elevado percentual de esterilizações.

Se por um lado, a anticoncepção pode ser encarada como um comportamento já presente na região de residência anterior, por outro, as condições da própria fronteira estimulam o controle da fecundidade.

Os elementos reunidos impossibilitam uma afirmação categórica sobre a transitoriedade, ou não, das ações adotadas. No entanto, sugerem a continuidade e provável intensificação das práticas contraceptivas. Três aspectos merecem destaque:

- 1) As adversidades em todos os campos, têm implicado uma consolidação dos migrantes como pequenos produtores com terra própria, em tempo muito mais longo e em nível aquém às suas

expectativas. Em decorrência disto, mesmo famílias que optaram por um controle da fecundidade por prazo curto e determinado, poderão ser levadas a rever suas decisões;

2) A concentração em métodos irreversíveis impõe um controle definitivo para um grande contingente de mulheres;

3) Em localidades até certo ponto isoladas já se encontra um padrão muito próximo ao das demais regiões do país. Portanto, é de se esperar que através da sua incorporação plena à economia nacional, as práticas contraceptivas reflitam cada vez mais a tendência nacional de uso em larga escala.

Ainda que não conclusivo, este estudo levanta elementos que apontam para uma grande mudança na dinâmica demográfica das regiões de fronteira, e indiretamente do país. Por um lado, as regiões até então tomadas como bolsões de fecundidade elevada, parecem não responder mais desta forma. A fecundidade vem sendo controlada e as famílias têm menos filhos. Esse fato reafirma a posição de Merrick que sugeria impactos mais decisivos da implementação, ou não, de políticas públicas em regiões de fronteira, do que simplesmente a abundância de terras. No caso de Rondônia, as políticas de colonização não têm conseguido fazer frente às demandas por terra.

Informações revelam que as mulheres, muitas vezes, estão dispostas até mesmo a pagar, para terem um controle efetivo de sua fecundidade. Este fato aponta para a necessidade de diversificação dos serviços de saúde existentes nestas áreas, respondendo às demandas dos cidadãos interessados num domínio

seguro e clinicamente recomendável da reprodução. Também questiona, em parte e pelo menos para as áreas de fronteira, interpretações que atribuem a agências uma imposição de padrões reprodutivos contrários aos desejados pela população.

Concluindo, o controle da fecundidade em áreas de fronteira é uma realidade. No entanto, não se constitui uma questão definida. O quadro é de perplexidade e indefinições. Frases de um parceleiro evidenciam o dilema vivido. Falando dos custos e benefícios proporcionados pelos filhos, dizia que,

"onde come um, come muita gente. Os filhos são coisa boa e número grande é muito auxílio na lavoura."

Referindo-se à necessidade dos dois filhos mais velhos presentes a se casar, de residirem no seu lote ponderou:

"deixei eles ficá no lote por ora. São trabalhador, a gente tá botando serviço no lote e ajudaram o velho pai. Mas tive conversa séria, falando que têm de conseguir lote deles. Se todo filho que casa encosta, com poucos anos a terra não dá mais conta. O lote tem poucos alqueire."[86]

86] Depoimento ao autor - Machadinho, 1986.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (1981) Transformações na Vida Camponesa; o Sudoeste do Paraná. São Paulo, dissertação de mestrado FFLCH-USP).
- ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de (1977) "Parceria e Tamanho da Família no Nordeste Brasileiro." Pesquisa e Planejamento Econômico 7(2):291-331.
- BERQUO, Elza (1989) "A Esterilização Feminina no Brasil Hoje." Encontro Internacional Saúde da Mulher: um direito a ser conquistado, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM. Brasília.
- BRASIL, Ministério da Agricultura e CEDEPLAR/UFMG (1977) Ocupação Agrícola da Amazônia: primeiros estudos para a fixação de diretrizes. Belo Horizonte.
- CARVALHEIRO, José R. (1982) "Processo Migratório e disseminação de doenças". Working Group on Geography of Health. Brasília.
- CARVALHO, José Alberto Magno de, PAIVA, Paulo T. Almeida e SAWYER, Donald R. (1981) "A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretações". Monografia 12. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- CARVALHO, José Alberto Magno de e PINHEIRO, Sílvia de Menezes Gama Pinheiro (1986) Fecundidade e Mortalidade no Brasil. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- CHAYANOV, A. (1974) La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision.
- EASTERLIN, Richard A. (1976) "Population Change and Farm Settlement in Northern United States." The Journal of Economic History. 36:45-75.
- FEARNSIDE, Philip M. (1987) "Distribuição de Solos Pobres na Colonização de Rondônia". Ciência Hoje 6(33):74.
- FERNANDEZ, Rogelio E. e CARVALHO, José Alberto M. (1986) "A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979." Revista Brasileira de Estudos de População. 3(2):67-86.
- FERREIRA, Eudson de Castro (1986) Posse e Propriedade: a luta pela posse da terra em Mato Grosso. Editora da Unicamp, Campinas.

- FERREIRA, Afonso H. B. (1985) "The Machadinho Settlement Project". Malaria on the Amazon Frontier: economic and social aspects of transmission and control. Belo Horizonte, CEDEPLAR/ UFMG.
- FORSTER, Colin & TUCKER, G.S.L. , (1972) Economic Opportunity and White American Fertility Ratios 1800-1860. New Haven, Yale University Press.
- POWERAKER, Joe (1982) A Luta pela Terra: economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GARCIA JR, Afrânio (1983) Terra de Trabalho; trabalho familiar de pequenos agricultores. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. (1986) A Lenda do Ouro Verde. Campinas, dissertação de mestrado IFCH-UNICAMP.
- HEBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa E. (1982) O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes em Rondônia. Seminário e Debates, 9. Belém, NAEA/UFGA.
- HENRIQUES, Maria Helena F. T. (1985) "A dinâmica demográfica de uma região de fronteira: Rondônia". Revista Brasileira de Geografia 47(3/4):317-356.
- IANNI, Octavio (1979) Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis, Editora Vozes.
- LISBOA, Pedro L.B. MARCEL, Ubirajara N. e PRANCE, Ghilleen T. (1987) "Perdendo Rondônia". Ciência Hoje 6(36): 48-56.
- MARTINE, George (1978) "Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil". Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Aguas de São Pedro, 51-85.
- MARTINE, George e CAMARGO, Lício (1984) "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes". Revista Brasileira de Estudos de População 1(1/2):99-143.
- MARTINS, José de Souza (1973) "Introdução". A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- (1975) "Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica". Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- MERRICK, Thomas W. (1978) "Fertility and Land Availability in Rural Brazil". Demography 15(3):321-336.

MERRICK, Thomas & BERQUO, Elza (1982) "The Determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility". Report 23, National Research Council - Committee on Population and Demography, Washington. National Academy Press.

MONTE-MOR, Roberto Luiz (1985) "The Physical Environment of Machadinho". Malaria on the Amazon Frontier: economic and social aspects of the transmission and control. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

----- (1986) "Malária e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira". População e Saúde: anais do Seminário Latino Americano. Campinas, Editora da Unicamp:312-28.

PAIVA, Paulo T. Almeida (1984) "The process of proletarianization and fertility transition in Brazil." Texto para Discussão 15, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

PERPETUO, Fernando Antônio Oliva (1982) Ocupação Recente da Amazônia: políticas de ocupação e assentamento populacional. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

REGO, Rubem Murillo Leão (sd) Terra de Violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. São Paulo, dissertação de mestrado FFLCH/USP.

RIOS-NETO, Eduardo L. Gonçalves (1987) Class and Institutional Determinants of Rural Fertility in Brazil. Berkeley, tese de doutorado University of California).

RONDONIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Coordenação de Planejamento. (1986) Projeção Populacional. Porto Velho, SEPLAN.

SANTOS, José Vicente Tavares (1984) Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1987) "Matuchos: o processo da colonização agrícola". XI Encontro Anual da ANPOCS-Grupo de Trabalho Estado e Agricultura. Águas de São Pedro.

SAWYER Donald R. (1981) "Fecundidade e mortalidade na Amazônia: notas sobre as estimativas e interpretações". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Águas de São Pedro, Vol.1:113-183.

----- (1984) "Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil". Revista Brasileira de Estudos de População. 1(1/2): 3-33.

- SAWYER, Donald R. e SAWYER, Diana R. T. O. (1987) *Malaria on Amazon Frontier: Economic and Social Aspects of Transmission and Control*. Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- STOKES, C. Shannon, SCHUTJER, Wayne A., MCCOY, Terry L. & WOOD, Charles H. (sd) *Rural Development, Land and Fertility: A State of the Arts Paper*. (mimeo)
- TORRES, Haroldo G. (1987) *Desistência e Substituição de Colonos em Projetos de Colonização de Rondônia: um estudo de caso*. Relatório de Pesquisa - CNPq. Belo Horizonte.
- TURCHI, Lenita Maria (1981) "A Colonização Dirigida no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola: Território de Rondônia." *Anais do II Encontro Nacional DE Estudos Populacionais*. ABEP, Aguas de São Pedro, Vol.1:298-334.
- YASUBA, Yasukishi (1962) *Birth Rates of the White Population in the United States, 1800-1860*. Baltimore, John Hopkins Press.
- VALE, Maria do Carmo Fonseca (1982) *Ocupação Recente da Amazônia: colonização na Amazônia*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- VALVERDE, Orlando (org) (1979) *A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro, IBGE.
- VELHO, Otávio Guilherme (1981) *Frontes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- (1984) "Por que se migra na Amazônia." *Ciência Hoje* 2(10):34-39.
- WORLD BANK (sd) *The integrated development of Brazil's Northwest Frontier*. Washington.